# INDO O DIREITO DE PERMANECER

TRU
CONS

PROPOSTA DE PROJETO PARTICIPATIVO DE UMA FEIRA LIVRE
NO BAIRRO BENEDITO BENTES, EM MACEIÓ - AL

LÚRIA DA SILVA NUNES

# CONSTRUINDO O DIREITO DE **PERMANECER**

## PROPOSTA DE PROJETO PARTICIPATIVO DE UMA FEIRA LIVRE NO BAIRRO BENEDITO BENTES, EM MACEIÓ - AL

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO APRESENTADO À FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM ARQUITETURA E URBANISMO. ORIENTADORA: PROFª DRª DÉBORA CAVALCANTI

MACEIÓ, ALAGOAS
2023

**Catalogação na Fonte**
**Universidade Federal de Alagoas**
**Biblioteca Central**
**Divisão de Tratamento Técnico**
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

N972c Nunes, Lúria da Silva.
Construindo o direito de permanecer proposta de projeto participativo de uma feira livre no bairro Benedito Bentes, em Maceió - AL / Lúria da Silva Nunes. - 2023.
67 f. : il. color.

Orientadora: Débora Cavalcanti.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 64-67.

1. Trabalho e moradia. 2. Espaços públicos. 3. Feiras livres - Maceió (AL). I. Título

CDU: 72:339.177(813.5)

LÚRIA DA SILVA NUNES

# CONSTRUINDO O DIREITO DE **PERMANECER**

PROPOSTA DE PROJETO PARTICIPATIVO DE UMA FEIRA LIVRE NO BAIRRO BENEDITO BENTES, EM MACEIÓ - AL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUBMETIDO À BANCA EXAMINADORA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS E APROVADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br
DEBORA DE BARROS CAVALCANTI FONSECA
Data: 15/12/2023 12:54:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(ORIENTADOR(A) - PROFA DRA., DÉBORA DE BARROS CAVALCANTI FONSECA, UFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNA MARIA FERRARI MACHADO DORIA
Data: 15/12/2023 16:08:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(EXAMINADOR(A) EXTERNO(A)- PROFA MA., BRUNA MARIA FERRARI MACHADO DORIA, IFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA PAULA ACIOLI DE ALENCAR
Data: 15/12/2023 11:43:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(EXAMINADOR(A) INTERNO(A) - PROFA MA., ANA PAULA ACIOLI DE ALENCAR, UFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br
CAROLINE GONCALVES DOS SANTOS
Data: 15/12/2023 12:37:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

(EXAMINADOR(A) INTERNO(A) - PROFA DRA., CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS, UFAL)

# SUMÁRIO


1. INTRODUÇÃO 06

2.TRABALHO E ESPAÇO URBANO: O DIREITO DE VIVER A CIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO 09

3. BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MACEIÓ 19

4. BENEDITO BENTES: HISTÓRIA, CULTURA E LEGADO 24

**4.1 Centralidade periférica: o potencial criativo e econômico do bairro Benedito Bentes** 29

**4.2 A cultura ainda respira no bairro Benedito Bentes, apesar da violência** 31

5. OCUPAR PARA VIVER, TRABALHAR PARA PERMANECER: PROPOSTA DE PROJETO PARTICIPATIVO PARA FEIRA LIVRE NO BAIRRO BENEDITO BENTES 34

**5.1 Caracterização e Levantamentos** 35

**5.2 Estrutura atual do mercado e da feira da rua Caxeu** 39

**5.3 Análise dos usos locais** 41

**5.4 Boas soluções arquitetônicas e urbanísticas que integraram trabalho e moradia** 42

5.2.1 Mutirão 50 42

5.4.2 Centro de Oportunidade para Mulheres 43

5.2.3 Mercado de Agricultores de Xiafu 44

5.4.4 Considerações sobre os projetos abordados 45

6. O PROJETO 46

**6.1 A nálise das dinâmicas urbanas** 47

**6.2 Metodologia projetual** 49

**6.3 Conceito/Abordagem/ Concepção** 52

**6.4 Diretrizes ilustradas através de proposta projetual** 53

6.4.1 Disposição dos usos 56

**6.5 Reflexões acerca das diretrizes ilustradas** 59

7. CONCLUSÃO 60

6. REFERÊNCIAS 63

# RESUMO

Uma das características da urbanização brasileira que merece destaque é a consolidação de subcentralidades para além do núcleo central da cidade, resultado direto do processo de afastamento das camadas populares, que são empurradas do centro da cidade, em direção às áreas periféricas. Diversos eventos históricos influenciam essa dinâmica, com destaque para políticas e decisões governamentais, além de fatores econômicos como o preço da terra, que moldam a distribuição espacial da população das cidades. Em Maceió-AL não é diferente, o processo de urbanização da cidade induziu a ocupação de regiões periféricas ainda desprovidas de infraestrutura, levando os mais pobres para longe das ofertas de trabalho, comércio e serviços concentrados no centro. Este modelo de urbanização traz consigo desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada nas áreas periféricas, o aumento dos deslocamentos diários para o trabalho e a acentuação da segregação socioespacial, aspectos que impactam, diretamente, a qualidade de vida das populações residentes nessas regiões. Assim, o presente trabalho busca entender o cenário atual da relação entre moradia e trabalho nas cidades, examinando como a segregação e a periferização da pobreza persistem, e quais são os desafios enfrentados pelas comunidades periféricas, mas também as potencialidades desses locais enquanto subcentros. E neste contexto, propor diretrizes ilustradas para uma solução projetual participativa em uma feira livre, fruto de uma ocupação ilegal no canteiro de uma importante via, do bairro Benedito Bentes, em Maceió. Intenta-se, através da proposta, que a feira, atualmente organizada de maneira improvisada, após a melhoria, tenha sua utilização incentivada como lugar de trabalho, convivência e de manifestações culturais dentro do bairro.



**Palavras-chave:** Trabalho e moradia; Espaços públicos; Feira livre; Maceió.

## ABSTRACT

One of the characteristics of Brazilian urbanization that deserves to be highlighted is the consolidation of subcentralities beyond the central core of the city, a direct result of the process of distancing the popular classes, who are pushed from the city center towards peripheral areas. Several historical events influence this dynamic, with emphasis on government policies and decisions, as well as economic factors such as land prices, which shape the spatial distribution of the cities' population. In Maceió-AL it is no different, the city's urbanization process induced the occupation of peripheral regions still lacking infrastructure, taking the poorest away from the job offers, commerce and services concentrated in the center. This urbanization model brings with it significant challenges, such as the lack of adequate infrastructure in peripheral areas, the increase in daily commutes to work and the accentuation of socio-spatial segregation, aspects that directly impact the quality of life of the populations residing in these regions. Thus, the present work seeks to understand the current scenario of the relationship between housing and work in cities, examining how segregation and the peripheralization of poverty persist, and what are the challenges faced by peripheral communities, but also the potential of these places as subcenters. And in this context, propose propose guidelines a participatory design solution for a street market, the result of an illegal occupation on the construction site of an important road, in the Benedito Bentes neighborhood, in Maceió. The aim is, through the proposal, that the fair, currently organized in an improvised manner, after the improvement, will be encouraged to be used as a place for work, coexistence and cultural events within the neighborhood.



**Keywords**: Work and housing; Public spaces; Free market; Maceió.

# 1. INTRODUÇÃO

Muitas são as reflexões na área de Arquitetura e Urbanismo sobre o fato de que toda edificação, principalmente as residenciais, e mais ainda as coletivas, precisam ser pensadas, planejadas e projetadas, levando em conta as dinâmicas urbanas do entorno (Martucci; Basso, 2002).

No âmbito da moradia, inúmeros trabalhos abordam temas como segregação socioespacial (Rolnik, 2019), leis e políticas públicas habitacionais (Maricato, 2009; Rolnik; Saule, 2001), ocupação de áreas centrais e periféricas da cidade (Gatti, 2015; Rolnik et al. 2010) entre outros aspectos que influenciam, ou que explicam a formação das cidades tais quais conhecemos hoje.

Contudo, a partir da minha experiência como funcionária de uma secretaria municipal, ao acompanhar a criação, formação e desenvolvimento de mercados públicos e feiras livres, e testemunhar cotidianamente a relação de tais espaços com a cidade, pude perceber que há necessidade de maior aprofundamento, no que diz respeito ao estudo entre a relação de produção de moradias e de cidades no Brasil, especificamente sobre o tema moradia e trabalho. Embora muitas produções acadêmicas ressaltem a importância da proximidade entre moradia e local de trabalho, poucos são os autores como Cavalcanti (2018, 2019), que focam seu trabalho nesta linha de pesquisa, aprofundando-se em como as práticas de trabalho moldam o espaço urbano em favelas e assentamentos precários.

Sendo assim, este trabalho propõe voltar o olhar para a Arquitetura e Urbanismo sob a perspectiva de uma dinâmica específica: a relação morar-trabalhar. Entender tal relação, como uma das premissas para se pensar projetos de moradia social, pode contribuir para a área da Arquitetura e Urbanismo, ao ampliar as discussões para além da construção de conjuntos habitacionais distantes ou centrais, e outros temas já discutidos, além de analisar as problemáticas referentes à habitação social por diferentes ângulos, incluindo a importante conexão e proximidade com o trabalho, como garantia de qualidade de vida e permanência no meio urbano.

O estudo do tema pode ser aplicado tanto em discussões acadêmicas quanto na prática, a fim de contribuir para que se crie não só um produto de arquitetura, mas sim edificações e espaços que traduzam a cultura da região, criando um sentimento de identificação entre os moradores, tendo como premissa a grande diversidade funcional presente em áreas periféricas, em outras palavras, a valorização da mistura social e da diversidade de usos.

Dessa forma, o presente trabalho busca compreender como a relação morar-trabalhar influenciou as dinâmicas urbanas de uma área no bairro Benedito Bentes, em Maceió - Alagoas, levando em consideração a localização do trabalho dos moradores, aspecto comumente negligenciado, no que diz respeito a forma como as cidades são construídas, para além da chamada “cidade legal” (Maricato, 2002), em áreas periféricas.

O objetivo geral deste trabalho trata de propor diretrizes para uma solução projetual participativa visando uma feira livre, fruto de uma ocupação ao longo de uma avenida no bairro Benedito Bentes, em Maceió-AL. Intenta-se, através da proposta, que a melhoria da feira, atualmente instalada de maneira improvisada, promova sua utilização como lugar de trabalho, convivência e de manifestações culturais dentro do bairro. Já os objeticvos específicos são os seguintes:

- elaborar um referencial teórico, abordando o entendimento do tema através da apresentação de conceitos e teorias relevantes;
- perceber e caracterizar a área de estudo, considerando o contexto histórico geral e local, problemas e potencialidades, coleta de dados, resultando em diagnóstico e diretrizes a serem seguidas;
- propor diretrizes para uma intervenção projetual na área de estudo, buscando soluções e estratégias para a melhoria do cenário abordado.

O trabalho foi estruturado com base em quatro etapas metodológicas, de forma a alcançar os objetivos deste Trabalho Final de Graduação (TFG), desenvolvidas de forma progressiva e articulada:

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

O capítulo 2 apresenta um panorama que aborda a associação da relação espacial entre moradia e trabalho com a segregação e periferização da pobreza. Nesse contexto, são considerados os processos históricos, políticos e econômicos que tiveram papel fundamental em afastar as camadas populares dos centros das cidades, direcionando-as para as áreas periféricas. Ao final dessa primeira parte, são delineadas as bases teóricas que sustentarão a análise dos dados coletados, permitindo a construção de uma abordagem sólida para a compreensão das dinâmicas espaciais e socioeconômicas envolvidas nesse complexo fenômeno.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

No capítulo 3, está exposto um breve resumo sobre o processo de urbanização de Maceió, e consequentemente, a ocupação do bairro Benedito Bentes. Inicialmente, apresenta-se a investigação do contexto histórico da cidade, buscando compreender como a área se desenvolveu ao longo do tempo, através das origens da urbanização na região, processos migratórios, políticas habitacionais e eventos que influenciaram seu crescimento e expansão, inclui-se também a avaliação do cenário atual sobre a ocupação do bairro e possíveis tendências futuras. Durante esse processo de percepção, também foram identificados os problemas enfrentados, e as potencialidades da área, ou seja, as características que podem ser exploradas de forma positiva para o desenvolvimento e melhoria local. Com base nesse conhecimento, foi possível desenvolver estratégias mais adequadas e eficientes para o objeto de estudo.

## 3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Os capítulos 4 e 5 expressam os dados coletados, por meio de diálogos realizados com os feirantes, usuários da feira, moradores da ocupação e levantamentos fotográficos, que possibilitaram a elaboração da análise e diagnóstico da área. Os resultados do diagnóstico, por sua vez, servem como base para a definição das diretrizes de projeto. Essas diretrizes estabelecem os princípios orientadores e os objetivos que nortearam a proposta de intervenção. Estas devem refletir as necessidades e aspirações da comunidade, bem como contemplar questões de sustentabilidade, inclusão social e preservação do patrimônio cultural.

## 4. PROJETO

Por fim, no capítulo 6, apresentam-se as informações coletadas, análises realizadas e diretrizes ilustradas, definidas a partir das etapas anteriores do estudo. As diretrizes por sua vez, devem fundamentar as propostas projetuais a fim de proporcionar a articulação e interação entre a feira e o bairro. Essas propostas devem ser realistas, viáveis do ponto de vista econômico e arquitetônico, contextualizadas de acordo com as características e limitações da área. Além disso, devem ser elaboradas de forma participativa, envolvendo a comunidade local, os feirantes e demais atores interessados no processo. Ao final dessa etapa, as propostas projetuais representarão uma contribuição concreta para a melhoria da área, visando promover uma melhor articulação e interação entre a feira e o bairro, além de apontar caminhos para a solução dos problemas identificados.

# 2. TRABALHO E ESPAÇO URBANO: O DIREITO DE VIVER A CIDADE ATRAVÉS DO TRABALHO

Em 1983, um dos principais nomes da MPB do século passado, o cantor Gonzaguinha (Fig. 1) lançou a música Um Homem também Chora (Guerreiro Menino), na qual cantava os seguintes versos:

**Fig 1 - Gonzaguinha**

Fonte: Rede Brasil Atual, 2015. (Disponível em: https: //www.redebrasilatual.com.br/revistas/a-beleza-de-gonzagui nha-eterno-aprendiz-9511/. Acesso em: 03 de dezembro de 2023).

A interpretação mais popularmente difundida sobre essa canção, é a que Gonzaguinha a escreveu motivado pela situação de seu pai, o também cantor de grande sucesso Luiz Gonzaga, que à época não estava mais no auge da sua carreira. Por conta da idade, não fazia mais shows e não tinha mais seu trabalho tão valorizado como antes. Comovido pelo estado emocional do pai, além de escrever a canção citada, Gonzaguinha passou a convidá-lo para participar de seus próprios shows, para que voltasse a trabalhar.

Desde o seu lançamento até os dias de hoje, Um Homem Também Chora, não por acaso, é um dos maiores sucessos do músico pois seus versos vão de encontro com a realidade do povo brasileiro, reconhecido e representado pela figura do trabalhador, da pessoa que tem o trabalho como mais do que uma fonte de sobrevivência, mas como um propósito de vida. Para além do significado artístico, a afirmação de Gonzaguinha de que "vida é trabalho", também possui fundamentação teórica.

Na ciência, muito se discute a essência do ser humano enquanto espécie, quando comparado aos demais animais da natureza. O que nos diferencia? O que nos torna especiais? Para muitos, a resposta mais óbvia seria a capacidade de raciocinar, ou mesmo de sentir emoções, mas para Saviani, considerado um dos filósofos e intelectuais marxistas mais importantes do campo educacional no Brasil, essa diferença se dá pelo trabalho. Segundo o autor, ao contrário dos animais que precisam se adaptar à natureza para sobreviver, o ser humano adapta a natureza a si, de acordo com as suas necessidades através do que entendemos como trabalho (Saviani, 2007).

De fato, a história da humanidade, e principalmente os grandes eventos e revoluções que desencandearam a evolução dos acontecimentos até os dias de hoje, que nos possibilitaram o mundo da forma que conhecemos, estiveram desde sempre relacionados ao trabalho. Desde a pré-história, quando os humanos abandonaram o estilo de vida nômade e passaram a cultivar o próprio alimento, passando pela revolução industrial, e importantes descobertas tecnológicas, a forma de trabalhar sempre definiu como as sociedades se estruturam e se organizam.

Fortemente influenciado pela filosofia marxista, Dermeval Saviani, considerado um dos mais importantes filósofos e intelectuais no âmbito da educação brasileira, afirmou em um de seus textos mais relevantes que: "Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades. [...] ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho" (Saviani, 2007, p. 154). Para Saviani, o trabalho é a essência do homem, uma vez que a existência humana não é garantida pela natureza e necessita ser produzida através do tra-

balho, em outras palavras “a essência do homem é um feito humano” (Saviani, 2007, p. 154) produzida pelo próprio homem.

Para Saviani, compreender a relação homem-trabalho foi fundamental para suas pesquisas e contribuições na área da Educação, e da mesma forma acontece para a área de Arquitetura e Urbanismo. Partindo dessa premissa, torna-se inevitável dirigir a atenção para o período pré-histórico, no qual os seres humanos estavam de fato aprendendo a ser “seres humanos” e esse processo esteve ligado, talvez mais do que nunca, diretamente ao trabalho. Um dos primeiros e mais significativos passos para a evolução humana, foi a mudança do estilo de vida nômade para o sedentarismo. Ao abandonar os padrões de vida nômades e adotar uma postura sedentarista, os seres humanos puderam desenvolver a agricultura e a criação de animais (Fig. 2). Dessa forma, a mudança no estilo de vida implicou diretamente na necessidade de estabelecimento de um novo tipo de moradia: as cavernas foram abandonadas ao passo que os seres humanos aprenderam a construir suas primeiras habitações (Childe, 1941).

A vida nas novas habitações, desta vez fixas e próximas das criações de animais e dos cultivos, proporcionou a criação dos primeiros aldeamentos, nos quais a terra era lavrada coletivamente. Por conta da agricultura e do aldeamento, a população começou a crescer em número de indivíduos, além disso, a permanência nos vales de grandes rios como o Nilo e Tigre, demandou a necessidade de se organizar melhor, a fim de obter uma maior produtividade agrícola (Childe, 1941).

Assim, à medida que os seres humanos passaram a produzir o necessário para sua sobrevivência, promoveram, portanto, a troca de mercadorias (agricultura e artesanato) e a divisão do trabalho por profissões (Idade dos Metais). Viver em aldeia não só lhes deu melhores condições de sobrevivência, como também proteção. Dessa forma, o desenvolvimento de atividades nas aldeias e no campo fez surgir a divisão social do trabalho entre atividades urbanas e atividades rurais (Childe, 1941).

Segundo Marx (apud. Locatel, 2013), a relação entre o campo e a cidade é a divisão do trabalho entre trabalho material e trabalho intelectual. Para Marx as cidades são consideradas locais de trabalho intelectual. A sua existência implica imediatamente necessidades administrativas, políticas, fiscais entre outras. Assim, Marx (apud. Locatel, 2013) descreve o conteúdo da divisão do trabalho e das relações de poder que fazem a cidade dominar o campo. Visto que dela emana o controle financeiro e ideológico, que determina as orientações materiais, morais e religiosas da sociedade, bem como a forma de consciência.

Sob essa ótica, complementando o pensamento de Marx, para Paul Singer (apud. Monte-Mór, 2005), a cidade é uma forma de organização socio-

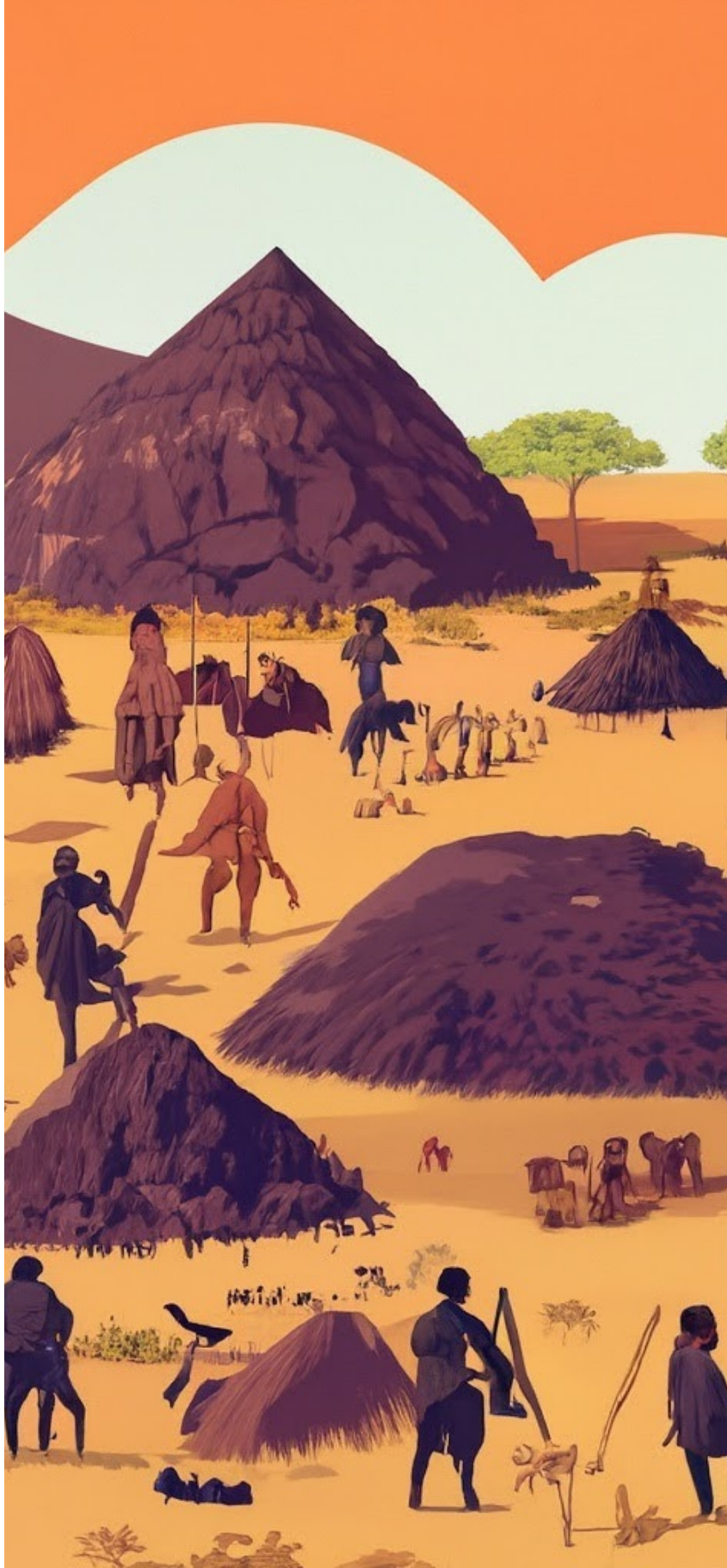


**Fig. 2 - Representação de um aldeamento na pré-história.**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

espacial que permite à classe dominante extrair o máximo da produção excedente do campo e transformá-la em garantia alimentar para o seu auto-sustento e de uma enorme massa, o que assegura a regularidade dessa dominação e extração.  E assim aconteceu durante muito tempo, desde o advento do manuseio do cobre, quando surgiram os especialistas, dedicados unicamente ao ofício de minerar e modelar o material.

Naturalmente, com o tempo, outros ofícios foram surgindo, de acordo com o aparecimento de novas tecnologias na forma de produzir, como a produção de tecido e cerâmicas, dando início assim, à manufatura. A princípio, as oficinas localizavam-se dentro dos templos ou palácios, onde os especialistas serviam ao Deus ou rei que governava a sociedade em questão e tinham suas necessidades supridas pelo excedente produzido pelos camponeses (Childe, 1941).

Com a entrada da praça de mercado no interior das muralhas das primeiras cidades, ainda controladas por mosteiros ou castelos, devido à proximidade com a matéria-prima e facilidade de comercialização, algumas oficinas passaram a funcionar dentro dos mercados (Childe, 1941) (Fig. 3). Assim, a cidade tornou-se um lugar central para onde os excedentes regionais eram voluntariamente levados e comercializados. Tal movimento resultou na entrada da incipiente burguesia nos espaços de poder, uma vez que as elites gradativamente permitiram que a centralidade do poder dos palácios e mosteiros fosse aos poucos deslocadas para a praça de mercado (Monte-Mór, 2005).

Para Rybczynski (2022), uma das principais inovações da Idade Média foi a criação da cidade livre. A cidade livre era separada do campo feudal e habitada pelos burgueses, classe de mercadores e comerciantes que viviam em cidades com muralhas e possuíam um conselho governamental eleito, diretamente subordinados ao rei, o que os distinguia nitidamente do restante da sociedade que era feudal, eclesiástica ou agrícola.

Daí em diante, os burgos mercantis deram novo significado e vigor à cidade, transformando-a em um centro de comércio. A relação entre o campo e a cidade passou então por sua primeira fase, e a exploração do excedente foi possibilitada não mais pela coerção político-ideológica e militar da cidade em relação ao campo, mas também por um movimento voluntário do campo em direção à capacidade de articulação da cidade, enquanto cerne do mercado (Monte-Mór, 2005).

**Fig. 3 - Representação de um centro comercial na Idade Média**

Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

Em nenhuma civilização a vida urbana se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria, contudo, na Idade Média, o comércio e a indústria fizeram das cidades o que elas foram. Nunca antes houve um contraste tão gritante entre a sua organização social e econômica em relação ao campo.

Nesse sentido, vale ressaltar o que segundo Perenni (1973), foi um fator indispensável para a organização comercial da idade média: o estabelecimento em um lugar fixo para que mercadores e viajantes pudessem repousar, tanto nos intervalos das suas viagens, quanto durante a má estação.

O autor frisa que desde o princípio, os mercadores foram obrigados a instalar-se, por falta de lugar, em aglomerados fora do perímetro das cidades, nas proximidades das muralhas. Construíram assim um burgo exterior, ou seja, um subúrbio que, ao contrário das feiras e mercados já existentes nas cidades, caracterizadas pelo encontro periódico entre compradores e vendedores, eram lugares permanentes de comércio, constituindo um centro de contínuo trânsito.

Com os novos burgos cada vez mais numerosos e consolidados, o progresso das cidades e o uso do dinheiro deram aos artesãos mais habilidosos, conhecidos como mestres, a oportunidade de abandonar a agricultura e viver de seu ofício. A indústria que até então se fazia em casa, com propósito de simplesmente satisfazer as necessidades domésticas, transformou-se a partir do momento em que os artesãos foram então para a cidade e abriram oficinas a fim de exercer suas habilidades de forma profissional. Dedicaram-se assim ao negócio não mais para satisfazer suas necessidades, mas sim para atender à procura e abastecer um mercado pequeno, porém crescente. Assim, não se fazia necessário muito investimento, apenas alguns ajudantes e uma sala da casa em que morava o artesão bastava para se tornar uma oficina de trabalho (Huberman, 1980).

A casa típica das cidades do século XIV, onde morava a classe burguesa, tinha duas funções: servia de moradia e local de trabalho. Os terrenos eram limitados em tamanho para se encaixarem nas cidades medievais fortificadas, que eram bastante densas. Por este motivo, as casas eram geralmente compridas e estreitas, com dois andares e um porão usado para estoque (Rybczynski, 2002) (Fig. 4).

No andar de cima, ou pelo menos na parte da frente da casa, havia uma loja ou oficina. Já a área de moradia não possuía vários quartos, mas sim um grande cômodo único chamado de salão, onde aconteciam todas as atividades domésticas (Rybczynski, 2002).

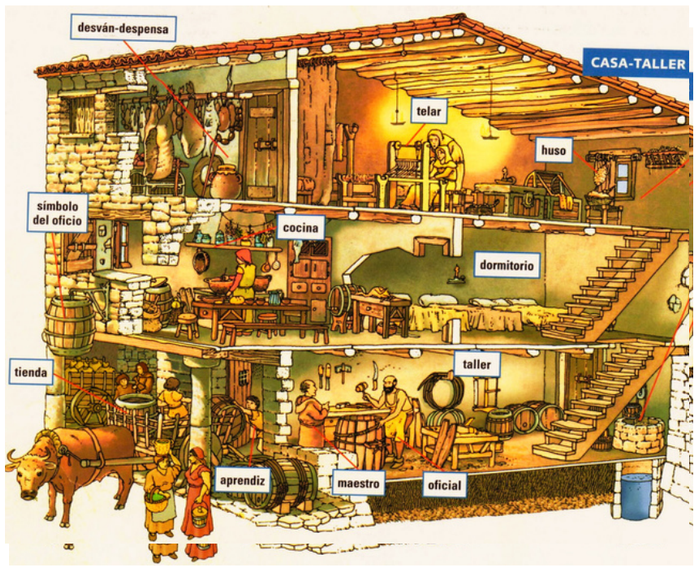



**Fig. 4 - Representação de uma casa com oficina na Idade Média**

Fonte: Historia Europa (https://historiaeuropa.wordpress.com/2011/12/27/tema-4-la-baja-edad-media/, acesso em 25 de novembro de 2023).

Uma vez que o local de trabalho e a moradia constituíam a mesma construção, os artesãos não precisavam se deslocar grandes distâncias para trabalhar, pois suas atividades eram realizadas em casa ou em edifícios adjacentes. Esse arranjo também promovia uma forte sensação de comunidade e interconexão entre os habitantes da cidade, já que as pessoas estavam mais próximas umas das outras tanto em termos físicos quanto sociais.

Seguindo o exemplo dado pelos comerciantes, esses artesãos formaram corporações próprias, nas quais todos os trabalhadores dedicados ao mesmo ofício numa determinada cidade, formavam uma associação chamada "corporação artesanal" (Huberman, 1980, p. 54). Tanto mestres como ajudantes faziam parte da mesma organização e lutavam pelas mesmas causas de forma predominantemente igualitária. Embora houvesse classes, a progressão de aprendiz a mestre, apesar de lenta, não estava fora do alcance dos trabalhadores (Huberman, 1980).

Sendo assim, um segundo ponto extremamente relevante no processo de formação das cidades e que direcionou efetivamente a mesma rumo à urbanização, foi o surgimento da indústria. Na realidade, a urbanização como a entendemos hoje teve início com as cidades industriais. Até que a manufatura surgisse e se concentrasse nas cidades e metrópoles europeias, o processo de urbanização era muito limitado. Poucas eram as cidades que concentravam poder e/ou mercados. Antes da Revolução Industrial, havia poucas áreas densamente povoadas que hoje poderiam ser chamadas de cidades.

A cidade industrial foi, por sua vez, marcada pela entrada da produção no espaço de poder, trazendo consigo a classe trabalhadora e ainda, uma transformação radical. A indústria impõe então à cidade sua lógica centrada na produção, e o espaço da cidade, organizado como lócus privilegiado do excedente produtivo, do poder político e da culturalidade, regido pelo valor de uso coletivo, passa

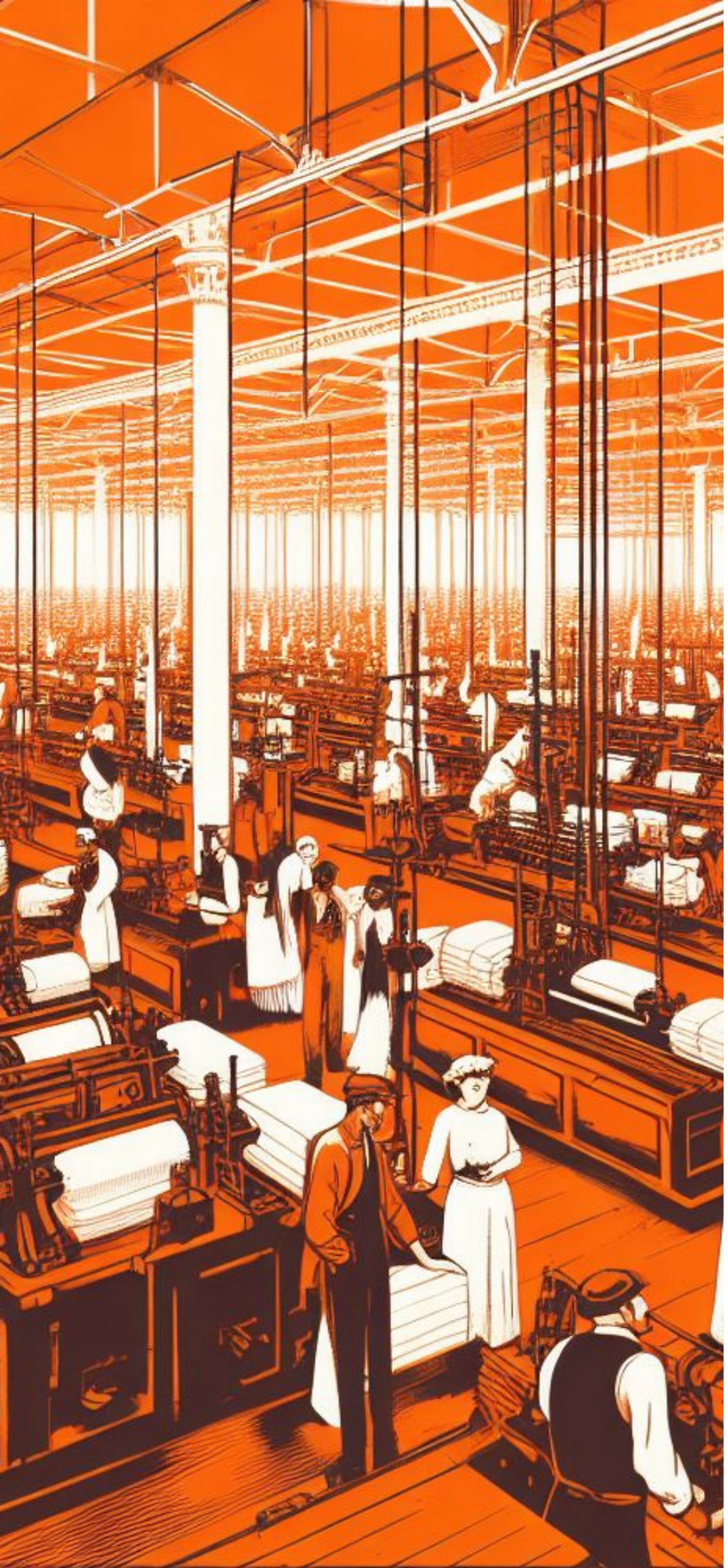


**Fig. 5 - Representação de uma fábrica têxtil durante a Revolução Industrial**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

a ser privatizado e subordinado ao valor de troca. Segundo Lefebvre (1999, apud. Monte-Mór, 2005), a cidade se transforma, também, em produto industrial, sob as mesmas leis econômicas que regem a produção.

A distância entre moradia e local de trabalho, durante a Revolução Industrial, foi um fenômeno causado pela transformação econômica e social, marcada pelo avanço da industrialização e urbanização. Essa separação reflete uma mudança da organização tradicional do trabalho e da vida cotidiana, até então próximos um do outro, para um novo ambiente em que fábricas e indústrias concentram a produção, em locais separados, das áreas residenciais.

Engels (1845) abordou a condição degradante das classes trabalhadoras durante a Revolução Industrial na Inglaterra. O autor realizou uma análise abrangente dos diversos aspectos da vida desses trabalhadores, destacando as condições habitacionais extremamente precárias e o notável distanciamento entre as residências e os locais de trabalho. O autor esclarece que o proletariado nasce com a introdução das máquinas na sociedade (Fig. 5). A rápida expansão da indústria impulsionou a demanda de mão-de-obra; os salários aumentaram e, em consequência, batalhões de trabalhadores rurais migraram para as cidades, provocando um rápido crescimento populacional, com a maioria desse incremento ocorrendo na classe proletária. A ascensão da nova indústria converteu instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas, transformando a classe média trabalhadora em proletariado e os grandes negociantes em industriais. Com a supressão do artesanato tradicional e o aniquilamento da pequena burguesia, desapareceu para o operário qualquer possibilidade de tornar-se burguês.

Engels (1845) usa o exemplo de Manchester para ilustrar como as cidades industriais eram estruturadas. Em 1844, Manchester contava com 235 mil habitantes, a cidade era formada em seu centro por um grande bairro comercial, composto, quase que exclusivamente, por escritórios e armazéns e praticamente nenhuma moradia. Encerrada esta parte comercial, todo o restante da malha urbana era formada por um único bairro operário, que circundava como um anel a área comercial. Enquanto isso, a alta e a média burguesia moravam fora desse anel.

A alta burguesia habitava vivendas de luxo, ajardinadas, afastadas, desfrutando do ar puro do campo em amplas e confortáveis casas, servidas, a cada quinze ou trinta minutos, por ônibus que os conduziam ao centro da cidade. A média burguesia, por sua vez, vivia em ruas boas, porém, mais próximas dos bairros operários. Em ambos os casos, esses ricos atravessavam os bairros operários, utilizando o caminho mais curto para chegar aos seus escritórios no centro da cidade, frequentemente sem perceber que estavam cercados, por todos os lados, pela mais sórdida miséria.

Já as fábricas estavam estrategicamente situadas em locais de maiores recursos naturais, como as margens dos rios e as costas marítimas, para uma maior facilidade de logística. Essa localização trouxe consigo sérios impactos negativos para as cidades, sobretudo em termos de poluição e insalubridade, já que as ribeiras eram, por norma, o local de despejo de detritos e todo o tipo de lixo proveniente dos complexos industriais. Os chamados *slums*, ou bairros industriais, caracterizavam-se pelo amontoado de construções insalubres, frequentemente cortiços superlotados (Fig. 6). Essas habitações eram geralmente distantes dos locais de trabalho, e os trabalhadores muitas vezes se viam obrigados a percorrer longas distâncias a pé para chegar aos seus empregos nas fábricas (Engels, 1845).

Esse distanciamento entre o local de trabalho e as habitações contribuía para a já mencionada precariedade das condições de vida e sofrimento dos trabalhadores, que enfrentavam jornadas de trabalho extenuantes, péssimas condições de moradia e falta de acesso a serviços básicos. Essa configuração urbana demonstra como a Revolução Industrial trouxe uma clara segregação espacial, com a classe trabalhadora relegada a bairros insalubres e afastados das fábricas, enquanto os benefícios da industrialização eram mais diretamente desfrutados pelos proprietários das indústrias e classes privilegiadas, que muitas vezes residiam em áreas mais afastadas, longe dos impactos negativos da poluição e das condições de-

**Fig. 6 - Vila operária na Europa**
Fonte: Zimmermann, A. P. Acesso em 25 de novembro de 2023.

gradantes enfrentadas pelos trabalhadores.

No Brasil, a urbanização se intensificou na segunda metade do século XX, com a ascensão do capitalismo industrial no país e o desenvolvimento econômico por meio da consolidação de grandes cidades industriais, com destaque para São Paulo, maior pólo industrial do Brasil (Fig. 7).

Desde o período colonial, o Brasil já abrigava cida-

-des de considerável porte. No entanto, foi durante o século XIX que o processo de urbanização brasileira começou a se solidificar. Assim como na Europa, esse fenômeno teve início com a migração da mão de obra do campo para a cidade, resultando no surgimento de núcleos urbanos, como as vilas operárias vinculadas às fábricas. Esta dinâmica representa um dos reflexos das formas de dominação entre empregadores e trabalhadores, uma relação determinada pelo capital, que definiu o arranjo espacial das cidades (Teixeira; Ribeiro, 2016).

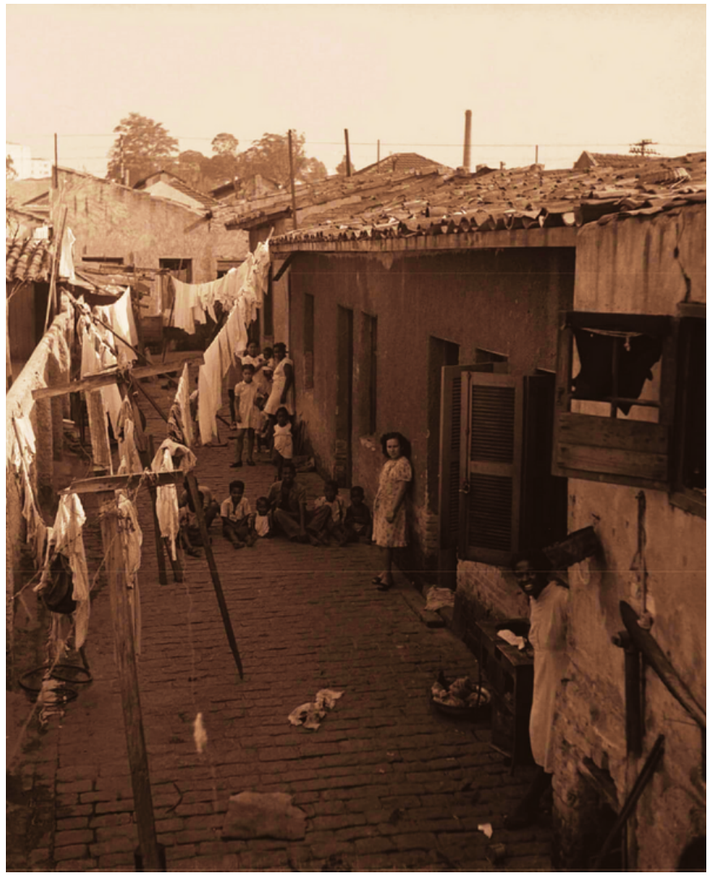


**Fig. 7 - Vila operária em São Paulo, Brasil.**
Fonte: Instituto Bixiga, 2021. (Disponível em: https://institutobixiga.com.br/vilas-operarias-o-dominio-da-fabrica-na-paisagem-urbana-de-sao-paulo/. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

[1] Fonte: Zimmermann, Ana Paula. REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. Apresentação de Power Point. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17497/material/aula02-REV%20IND%20%20cidade%20do%20sec%20XVIII.pdf. Acesso em 25 de novembro de 2023.

Antes mesmo do declínio da supremacia agrária exportadora no Brasil, (após a crise de 1929), a estrutura produtiva nas áreas urbanas passou a ganhar maior relevância, o que impulsionou processos de urbanização em todo o país (Fig. 8), durante a década de 1930. Com foco no fortalecimento da economia interna, foi nessa época que o Estado passou a investir efetivamente nas cidades brasileiras, por meio de projetos de infraestrutura e melhores condições para o desenvolvimento industrial. Como resultado, a partir da década de 1940, houve um notável aumento da população urbana, composta principalmente por trabalhadores ligados à indústria.

**Fig. 8 - “Bota-abaixo” - reurbanização do Rio de Janeiro**

Fonte: Artsoul (disponível em: https://artsoul.com.br/revista/eventos/exposicao-moderna-pelo-avesso-fotografia-ecidade-brasil-1890-1930. Acesso em 25 de novembro de 2023.)

No entanto, diante dessa expansão populacional, a quantidade de imóveis disponíveis se mostrou insuficiente para atender à demanda crescente. O planejamento urbano, por sua vez, acabou sendo diretamente influenciado pela relação do capital com o território, o que resultou em um impulso significativo no mercado imobiliário, acompanhado por um aumento progressivo no valor dos lotes urbanos, tornando cada vez mais difícil sua aquisição, para aqueles que possuem recursos limitados (Teixeira; Ribeiro, 2016).

Corrêa (1989) classifica os agentes produtores do espaço urbano, como o Estado, que opera em diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal), bem como os promotores imobiliários, proprietários fundiários e aqueles que são socialmente excluídos. Cada um desses agentes exerce influência na expansão das cidades, e suas ações são direcionadas por interesses que moldam a produção do espaço urbano.

O espaço urbano, considerado dentro desse paradigma capitalista, é compreendido por Corrêa (1989) como o conjunto de diferentes usos da terra, dividido em centro da cidade - local de concentração comercial, dos serviços, gestão, indústrias, lazer, e distintas áreas residenciais - e áreas reservadas para expansão futura da malha urbana.

Com a expansão da urbanização, valorização comercial dos lotes e dificuldade de acesso legal pela população mais pobre, surge um dos mais marcantes traços nas cidades brasileiras, a segregação socioespacial, resultado do processo de produção capitalista do espaço urbano, especialmente de uma economia de baixos salários. A segregação socioespacial é um conceito abrangente que descreve tanto a escolha de certas classes, em se isolarem em áreas específicas da cidade, como a relação de dominação dessas classes sobre as outras, resultando na ocupação dos espaços mais desfavoráveis pelas pessoas de baixa renda. Nesse contexto, a luta de classes desempenha um papel fundamental, sendo um elemento central nas análises do espaço urbano no Brasil.

Para Villaça (2012) a segregação urbana configura um mecanismo mantenedor da desigualdade. A classe dominante utiliza desse mecanismo para exercer seu poder sobre o Estado a fim garantir, de maneira legal, a preservação da qualidade de seus bairros e manter seu controle sobre a cidade. Enquanto isso, do outro lado dessa estrutura legal, a população sem representatividade junto ao poder público vive sem acesso aos direitos urbanos básicos, tratada apenas como mão de obra, não sendo reconhecidos plenamente como cidadãos.

O Estado regulamenta a ocupação do solo urbano por meio da legislação em vigor, tendo em vista o desenvolvimento melhor estruturado do território, porém segundo o autor, os planos do Estado não são “elaborados nem para ser executados nem para resolver os grandes problemas das massas populares urbanas.” (Villaça, 2012, p. 203). Mas sim

para “[...] atender aos interesses dominantes urbanos” (Id. 2012, p. 203).

Associadas às questões de segregação socioespacial, questões a respeito do direito à cidade e da participação social estão presentes em diversas discussões. Harvey argumenta que “o direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual” (2013, p.32). Não se limita apenas ao direito de ter acesso à cidade, mas o direito de se pensar outra cidade, o direito de criar uma cidade diferente.

As cidades estão cada vez mais dominadas por especuladores imobiliários, que reconfiguram o espaço urbano de acordo com as leis ditadas pelo mercado. O problema da habitação é um exemplo evidente dessa realidade, à medida que é frequente a construção de conjuntos residenciais destinados à classe de menor poder aquisitivo em locais distantes, visando potencializar o valor das propriedades urbanas que estão nas mãos dos organizadores do espaço urbano. Esses atores acabam expulsando os pobres cada vez mais, em direção às periferias urbanas.

Assim, a habitação irregular é a forma de moradia adotada por muitas pessoas sem condições financeiras, as quais se veem compelidas a estabelecer suas residências em áreas urbanas ilegalmente ocupadas, terrenos desocupados ou em localidades caracterizadas por sua propensão a riscos. No contexto brasileiro, a ocupação irregular encontra suas raízes no fim do período colonial, com a ocupação de edificações abandonadas, notadamente os denominados cortiços (Santos; Sarmento, 2018) (Fig. 9).

Desde então, foram destinados os piores terrenos àqueles com recursos financeiros e técnicos mais limitados para a edificação de habitações, abrangendo desde precárias construções em áreas invadidas até modestas residências erguidas por meio da autoconstrução, ou até mesmo casas edificadas em programas habitacionais estatais em áreas distantes do centro da cidade.

Corrêa (1989) destaca que o grupo dos excluídos, apesar de sua marginalização socioeconômica, assume um papel ativo e transformador na produção do espaço urbano, tornam-se agentes de produção do espaço urbano, modeladores nas favelas, na periferia autoconstruída, produzindo o seu próprio espaço, como uma forma de resistência e estratégia de sobrevivência. Ao construir e moldar suas habitações, serviços e infraestruturas de forma autônoma, essas comunidades lutam e reivindicam por seu direito à cidade, subvertendo muitas vezes a estrutura formal de planejamento urbano e enfrentando as limitações impostas pelo sistema.

Com o tempo, essas áreas tendem a se desenvolver, ganham melhorias e ampliação das construções. Isso pode levar à valorização das áreas ocupadas, à medida que ganham importância

**Fig. 9 - Representação de um cortiço no período colonial**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

econômica e social, muitas vezes tornando-se partes integrantes da paisagem urbana.

Como resultado destas cidades, na contramão do que prega o mercado, surgem as ocupações e atuação dos movimentos de reforma urbana. Que resistem e lutam por direitos básicos que são negados à população pobre. Apesar de a Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) consagrar a moradia como um direito fundamental dos cidadãos, a grande maioria da população brasileira permanece à margem desta garantia

Vale salientar ainda que esse processo ressalta a importância do engajamento comunitário e da resiliência das populações excluídas, que, apesar das adversidades, conseguem criar laços sociais e econômicos dentro dessas áreas. À medida que essas comunidades se estabilizam e se expandem, suas demandas por serviços públicos, infraestrutura e melhores condições de vida podem contribuir para mudanças e melhorias no planejamento e na política urbana.

Milton Santos em seu livro *Por uma economia política da cidade*, fala que o espaço urbano é a representação do trabalho passado e do trabalho presente. A ideia do trabalho passado na forma da infraestrutura e tudo o que se tem na cidade hoje, como fruto do trabalho da transformação em relação ao ambiente, e ao mesmo tempo do trabalho presente, que aponta que estamos produ-

**Fig. 10 - Representação da autocostrução na periferia**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

zindo cidade a todo momento.

Sendo assim, a ideia deste trabalho é resgatar esse sentido de que trabalhadores e trabalhadoras são responsáveis pela cidade em que vivem. Desconstruir essa ideia de cidade como abstração, que pretende privar a população comum da capacidade de produzir cidade, e de que só o capital imobiliário é capaz de fazê-lo. Principalmente no contexto das cidades brasileiras, onde grande parte delas são autoconstruídas, é fundamental resgatar o senso de que é a população, trabalhadores e trabalhadoras, os produtores da cidade (Fig. 10).

# 3. BREVE HISTÓRICO SOBRE O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE MACEIÓ

**Fig. 11 - Representação da orla de Maceió**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

Segundo Costa (1939, *apud.* Santos; Sarmento, 2018) a ocupação urbana de Maceió ocorreu adjacente ao leito do riacho Maçayó (Riacho do Reginaldo), onde o primeiro engenho de produção açucareira da região foi estabelecido no final do século XVIII, estabelecendo-se como uma das principais fontes de renda para a população. Inúmeras famílias dedicadas ao trabalho no engenho optaram por estabelecer residência no local, ocasionando, de modo intrínseco, o assentamento de novos habitantes.

As novas habitações foram gradativamente se instalando entre a lagoa e o oceano, de forma descontínua e destituída de ordenamento viário, solidificando, assim, o processo de adensamento urbano de Maceió, que decorreu a partir a planície (parte baixa) até os tabuleiros (parte alta) (Gomes, 2018).

A ocupação da cidade, inicialmente concentrada na planície central e na região lagunar, somente adentrou o platô a partir da década de 1940, alcançando um maior impulso nas décadas de 1960 e 1970 (Japiassu, 2015). Surge então a Companhia Habitacional Popular de Alagoas (COHAB-AL), em 1966, que passa a ser diretamente responsável pela implementação da Política Estadual de Habitação (IBAM, 2005). A Conformação urbana imprópria, fruto de um alargamento que se propaga da periferia em direção ao centro, culminou na edificação dos primeiros conjuntos habitacionais que tiveram seu surgimento com o Jardim Beira Mar (em 1968, com 599 unidades habitacionais, em Cruz das Almas) e o Castelo Branco I (em 1969, com 919 unidades habitacionais, no Jacintinho) (IBAM, 2005).

A partir da década de 1970, com uma população de 263.670 habitantes, Maceió conta com 49.995 domicílios, dos quais 48,4% construídos em taipa e 31,2% desprovidos de banheiros, sendo 42,4% das habitações alugadas (IBAM, 2005). Intensifica-se assim a ação do Estado, através da COHAB, iniciando uma busca por terrenos mais acessíveis em termos de custo, a fim de compensar o preço de comercialização das unidades residenciais (Gomes, 2018).

Durante esta década, ocorrem transformações significativas na na orla marítima de Maceió, visando a preparação do local para atividades econômicas, destacando seu valor como área para investimentos imobiliários e comerciais (Fig. 11). É notável a forte intervenção do Estado no processo de ocupação da área, com a construção de conjuntos habitacionais, como os conjuntos Santo Eduardo e Castelo Branco II, além de financiamento para casas individuais e investimentos na infraestrutura, incluindo a melhoria das vias de acesso, como a pavimentação da avenida Dona Constança e vias adjacentes no bairro da Jatiúca, assim como a urbanização da orla da Pajuçara (IBAM, 2005).

Paralelamente, é dado início à instalação da empresa Salgema S/A (atualmente BRASKEM) na

restinga do bairro Pontal da Barra, juntamente com a construção do Emissário Submarino na praia do Sobral.

Em 1980, a população do município de Maceió era composta por 399.300 habitantes, dos quais 392.265 residiam na área urbana (98,2%), enquanto 7.035 residiam em áreas rurais (1,8%). No ano de 2000, a população maceioense se concentrava predominantemente no platô, com destaque para os bairros mais densamente povoados, a saber: Cidade Universitária, Tabuleiro do Martins e Benedito Bentes, todos situados no limite entre o meio urbano e a zona rural, além do Jacintinho, assentado na margem do platô próximo às encostas (Fig. 12).

A maior parcela das terras ainda desocupadas encontrava-se igualmente na fronteira entre a área urbana e a área rural, evidenciando que a expansão urbana da cidade continuou a irradiar-se a partir do Centro em direção às suas adjacências (Japiassu, 2015).

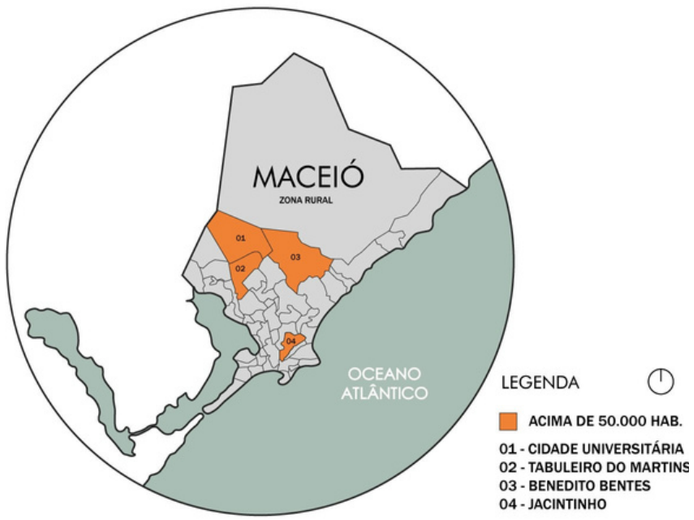



**Fig. 12 - Mapa de Maceió com destaque para os bairros com mais de 50.000 hab. em 2000.**
Fonte:Japiassú, 2015. Adaptado pela autora.

Esse crescimento populacional, pode ser elucidado pela presença, no ano de 2001, de 135 aglomerados subnormais catalogados em Maceió, acolhendo uma população estimada em 364.470 habitantes, o que corresponde a um percentual de expressivos 46% de sua totalidade populacional (Gomes, 2018). Conforme enfatizado por Cavalcanti (2001, *apud* Gomes, 2018), o declínio da atividade agrícola de pequena escala culminou em uma considerável onda migratória em direção a Maceió, na qual os pobres do meio rural assumiram a condição de pobres urbanos.

A maior parte dos conjuntos habitacionais voltados à população de baixa renda em Maceió foram produzidos no fim dos anos 1980, distante de alcançar uma resposta adequada à demanda existente e em locais distantes do centro. Por meio desses novos conjuntos habitacionais, registrou-se uma maior concentração de área edificada na parte alta da cidade, cerca de 88% das unidades habitacionais foram implantadas no Tabuleiro e principalmente, no atual bairro Benedito Bentes (IBAM, 2005). Ambos os bairros se caracterizam por uma densidade populacional elevada, um desenvolvimento urbano caótico e escassa alocação de recursos em termos de serviços de infraestrutura urbana (Batista *et al*., 2021).

É importante enfatizar a observação realizada por Andrade (2015) acerca de dois eventos de destaque identificados no processo de urbanização em Alagoas, os quais foram promovidos pela atuação do setor empresarial da indústria açucareira quanto pela influência da oligarquia política, que historicamente se entrelaçaram na configuração do Estado: o êxodo rural pós Constituição de 1988 e, posteriormente, no período compreendido entre 1993 e 1994, a demolição de aproximadamente 50 mil casas na área canavieira entre Alagoas e Pernambuco.

Após a promulgação da Constituição de 1988, quando os encargos trabalhistas no setor rural aumentaram, impactando os interesses dos proprietários de usinas, a ação tomada teve como objetivo principal evitar a caracterização formal de vínculos empregatícios e prevenir possíveis demandas por indenizações trabalhistas em um futuro próximo. Como consequência direta dessa medida, uma parcela expressiva da população afetada migrou para Maceió, passando a enfrentar uma condição de marginalização social, com acesso limitado ou mesmo ausente aos serviços e recursos públicos e privados disponíveis nos centros urbanos (Andrade, 2015).

Após as primeiras políticas habitacionais mais estruturadas a partir do governo militar em 1964, as quais, no entanto, não cumpriram seus objetivos, durante a Nova República, houve um hiato de praticamente duas décadas nas produções de mora-

dias no Brasil, elevando o déficit, atingindo, de acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (FJP), de 2005, 8,4% dos domicílios brasileiros, concentrado nas camadas mais baixas e perpetuando a situação de desigualdade social vista nas áreas urbanas. Para combater esta questão, foram aplicadas diversas políticas nacionais de habitação, mas nenhuma com a dimensão e alcance pretendidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (Carmago, 2020).

Em 2009, o Brasil testemunhou uma retomada em larga escala de projetos de habitação social em todo o seu território, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que incluía iniciativas como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e a Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP). O país buscou reabordar a questão habitacional, até então, responsabilidade dos Estados e Municípios, de acordo com suas capacidades (Moraes. Cavalhero, 2021).

**Fig. 13 - Conjunto José Aprígio Vilela e Residenciais Parque dos Caetés / Morada do Planalto**

Fonte: Cavalcanti *et al.*, 2015. (Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/99603. Acesso em 27 de novembro de 2023).

O Estado de Alagoas tem demonstrado os piores índices sociais dentre todos os estados do Brasil. Esses indicadores não se sobressaem apenas no âmbito social, mas também no que tange à infraestrutura. Uma vez que a viabilidade de reverteressa situação requer não apenas a implementação de políticas sociais eficazes, mas também investimentos substanciais na infraestrutura.

Em Maceió, a organização dos projetos vinculados ao PMCMV segue o padrão adotado para moradias de caráter social em todo o Brasil. As unidades destinadas às faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos, que são direcionadas às famílias que vivem em áreas de risco ou que foram afetadas por desocupações, desapropriações ou ações de reintegração de posse conduzidas pelo governo, estão predominantemente situadas nas regiões periféricas da cidade, nas áreas mais elevadas, onde há disponibilidade de grandes glebas de baixo custo (Cunha, Santos, Araújo, 2017) (Fig. 13).

De acordo com uma análise conduzida por Sá (2019, *apud* Santos, 2021), verifica-se uma notável

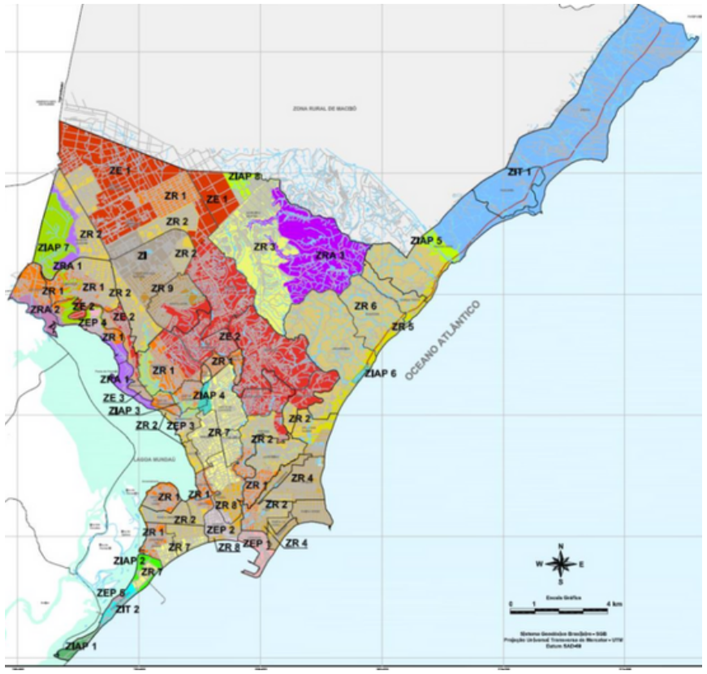



**Fig. 14 - Mapa de zoneamento de Maceió**

Fonte: Maceió, 2007. (Disponível em: https://www.semurb.maceio.al.gov.br/servicos/pdf/codigo_edificacoes/01_zoneamento_urbano.pdf. Acesso em 27 de novembro de 2023

concentração dos empreendimentos destinados a conjuntos habitacionais nas zonas categorizadas como Zonas de Expansão (ZEs) (Fig. 14), conforme delineadas pela configuração atual do zoneamento urbano promulgado pelo Código de Urbanismo e Edificações (Maceió, 2007).

Dos sessenta e quatro projetos imobiliários construídos em Maceió até a data da análise, constatou-se que 39 (60%) estão situados nas ZEs, enquanto 21 (34,3%) ocupam as Zonas Residenciais (ZRs) e 3 (5,7%) se inserem na esfera da Zona Residencial Agrícola (ZRAs).

A maior parcela das terras ainda desocupadas encontrava-se igualmente na fronteira entre a área urbana e a área rural, evidenciando que a expansão urbana da cidade continuou a irradiar-se a partir do Centro em direção às suas adjacências (Japiassu, 2015).

Dos 39 empreendimentos edificados nas ZEs, 11 empreendimentos são horizontais de moradias térreas e 28 verticais. Os empreendimentos horizontais estão especificamente situados na ZE1, delimitada pelos bairros Cidade Universitária e Benedito Bentes. Já a segunda maior concentração de projetos habitacionais se observa nas ZRs.

**Fig. 15 - Empreendimentos MCMV no bairro Benedito Bentes.**

Fonte: Cavalcanti *et al.,* 2015. (Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/99603. Acesso em 27 de novembro de 2023).

Dos 64 projetos analisados, 24 (37,5%) encontram-se localizados nas ZR1, ZR2, ZR3, ZR6, ZR7 e ZR9. Destes, quase metade (10 projetos) estão localizados na ZR3, a qual abrange cerca de um terço da extensão territorial do bairro Benedito Bentes. Por sua vasta área de 24.627 km² e sua localização periférica, o bairro ainda ostenta significativas porções de terras não ocupadas, mantendo seu caráter rural. No entanto, essas áreas têm sido progressivamente objeto de urbanização veloz, em virtude da implementação de novos conjuntos habitacionais vinculados ao PMCMV (Santos, 2021) (Fig. 15).

Além dos empreendimentos habitacionais anteriormente mencionados, nos anos recentes, tem havido um verdadeiro *boom* de uma nova categoria de conjuntos habitacionais que se organizam sob a forma de condomínios fechados. Suas características são a existência de uma administração compartilhada e regulamentos que estabeleçam diretrizes para a ocupação e utilização do espaço, bem como para o comportamento dos residentes.

Esse fenômeno é particularmente proeminente no Conjunto Eustáquio Gomes, localizado no bairro Cidade Universitária e Benedito Bentes, e sua influência estende-se até os municípios vizinhos que compõem a região metropolitana de Maceió, como Rio Largo e Satuba. Pois mesmo apesar de Maceió ter a possibilidade de abrigar em seu territótório urbano mais 1 milhão de habitantes, vem expandindo suas áreas de habitação para sua área rural e para os municipios vizinhos.[2]

Este cenário em Alagoas, mostra como o PMCMV continuou uma tendência preexistente no enfrentamento da problemática habitacional no Brasil, enfatizando o acesso à moradia, porém não necessariamente à cidade, ao optar por terrenos localizados fora das áreas urbanas, onde o valor do solo é mais acessível. Esse processo resulta na ausência de infraestrutura urbana adequada e serviços essenciais em bairros periféricos, contribuindo para a segregação social e a formação de áreas de pobreza e conflito. Além disso, a baixa qualidade das construções, que acarreta uma rápida deterioração do ambiente construído (Moraes. Cavalhero, 2021).

O bairro Benedito Bentes, em Maceió, onde está localizado o objeto de estudo deste trabalho, é um exemplo de bairro periférico criado a partir de construções de conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa renda, a fim de atender as demandas habitacionais da cidade.

[2]Fonte: Fala da profª Débora Cavalcanti, em aula na Universidade Federal de Alagoas, em 21 de setembro de 2023.

# 4. BENEDITO BENTES: HISTÓRIA, CULTURA E LEGADO

O acentuado adensamento urbano e a subsequente ocupação do bairro Benedito Bentes são um reflexo intrínseco da relação entre a agroindústria canavieira e o acelerado crescimento da cidade de Maceió. A via de acesso ao referido bairro é uma avenida que ostenta o nome de Cachoeira do Meirim, em virtude da presença marcante da Usina Cachoeira do Meirim. Do ponto de vista histórico, evidencia-se que o considerável fluxo migratório de residentes de outros bairros, bem como de outras localidades do estado, em direção a essa região, foi impulsionado pelas oportunidades de emprego proporcionadas pela mencionada usina (Gomes, 2018).

O bairro de Benedito Bentes foi implementado pela antiga COHAB, na época, como um conjunto residencial do bairro Tabuleiro dos Martins (Fig. 16). Com o respaldo financeiro do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986, o intuito era mitigar o déficit habitacional destinado a grupos de baixa renda. Entretanto, o referido empreendimento acarretou uma série de desafios para a estrutura urbana de Maceió, notadamente devido à incorporação de outros assentamentos irregulares nas proximidades (Gomes, 2018).

Em sua dissertação de mestrado, Gomes (2018) destaca de maneira contundente a concentração de problemas e adversidades sociais em um território que foi concebido e idealizado com a finalidade explícita de superar essas privações. Trata-se de um território que, por ocasião de sua inauguração foi dotado de toda uma estrutura administrativa destinada a organizar a população agraciada com as chaves de suas moradias, porém, ao longo do tempo, transformou-se gradualmente em cenário de ocupações ilegais (Fig. 17).

O que teve seu início como um conjunto de unidades habitacionais, torna-se então, em um complexo aglomerado urbano, que se subdivide simbolicamente em dois grandes núcleos: Benedito Bentes I e Benedito Bentes II (projeto de 1998). Apesar do expressivo adensamento, foi somente no ano de 2000, que o Conjunto Parque Residencial Benedito Bentes foi oficialmente reconhecido, atra-

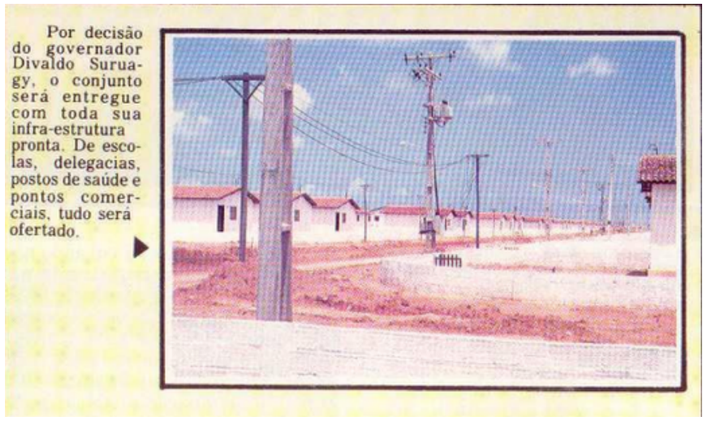



**Fig. 17 - Construção do bairro Benedito Bentes, 1986**

Fonte:GOMES, J. S. Habitação, desorganização social e violência: situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-AL. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3033. Acesso em: 30 jun. 2023.

**Fig. 16 - Primeiras casa do Conjunto Residencial Benedito Bentes em 1986**

Fonte: História de Alagoas, 2017. (Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/benedito-bentes-o-comerciante-que-eletrificou-alagoas.html. Acesso em 27 de novembro de 2023.)

vés do disposto na lei municipal 4.952/2000, como um bairro. Naquela ocasião, a população total do mencionado 'conjunto' ascendia a 67.964 habitantes, superando, inclusive, a de muitas outras cidades do interior do estado (Gomes, 2018).

A esse novo estágio, procedeu-se a implementação, no mesmo ano, de diversos complexos habitacionais adicionais, a saber: Selma Bandeira, Moacir Andrade, João Sampaio II, Frei Damião, Benício Mendes de Barros, Geraldo Bulhões e Denilma Bulhões. No ano subsequente, em 2001, foram construídos os conjuntos Carminha e Frei Neto, com o intuito de acolher algumas famílias provenientes de outros assentamentos, a exemplo da Vila dos Pescadores, localizada no bairro Jaraguá (Gomes, 2018).

A partir do ano de 2009, empreendeu-se mais uma vez, a construção de inúmeros conjuntos habitacionais no Complexo do Benedito Bentes, como por exemplo os conjuntos residenciais Cidade Sorriso I e II, com a finalidade de enfrentar os desafios decorrentes do déficit habitacional e também realocar a população oriunda de outras áreas da cidade, marcadas por condições de vulnerabilidade social, como a Cidade de Lona (Eustáquio Gomes), as favelas Sururu de Capote e Torre (Orla Lagunar), assim como as comunidades do Canaã e River Plate (localizadas no Tabuleiro do Martins) (Batista et al., 2021). À medida que mais conjuntos habitacionais iam se instalando, outras pessoas passaram a ocupar as áreas de vegetação encostas e grotas.

A partir do que já foi exposto até aqui, é possível perceber que Maceió é uma cidade que desde sua origem se encontra marcada pela segregação. Esse processo foi em grande parte conduzido pelo poder público durante a década de 1970, ao fomentar a criação de bairros populares desprovidos de qualquer benefício, localizados em áreas afastadas da cidade, especificamente na parte alta, considerando que a ocupação da capital alagoana teve início na parte baixa. Diante da impossibilidade de arcar com os custos de terrenos na periferia, muitas pessoas se viram compelidas a invadir terras para estabelecerem suas moradias.

Posteriormente, os agentes imobiliários se tornaram os principais atores responsáveis pela promoção dasegregação e valorização, atuando, como ainda o fazem hoje, na região central da cidade, sobretudo, na parte baixa.

Uma pesquisa recente feita pelo Índice FipeZap+ no mês de novembro de 2023, mostrou que houve um aumento de +16,92% nos últimos 12 meses, no valor do metro quadrado em Maceió, levando a capital alagoana a ocupar o posto de cidade como o m² mais caro entre as cinco capitais avaliadas no Nordeste (Fig. 18).

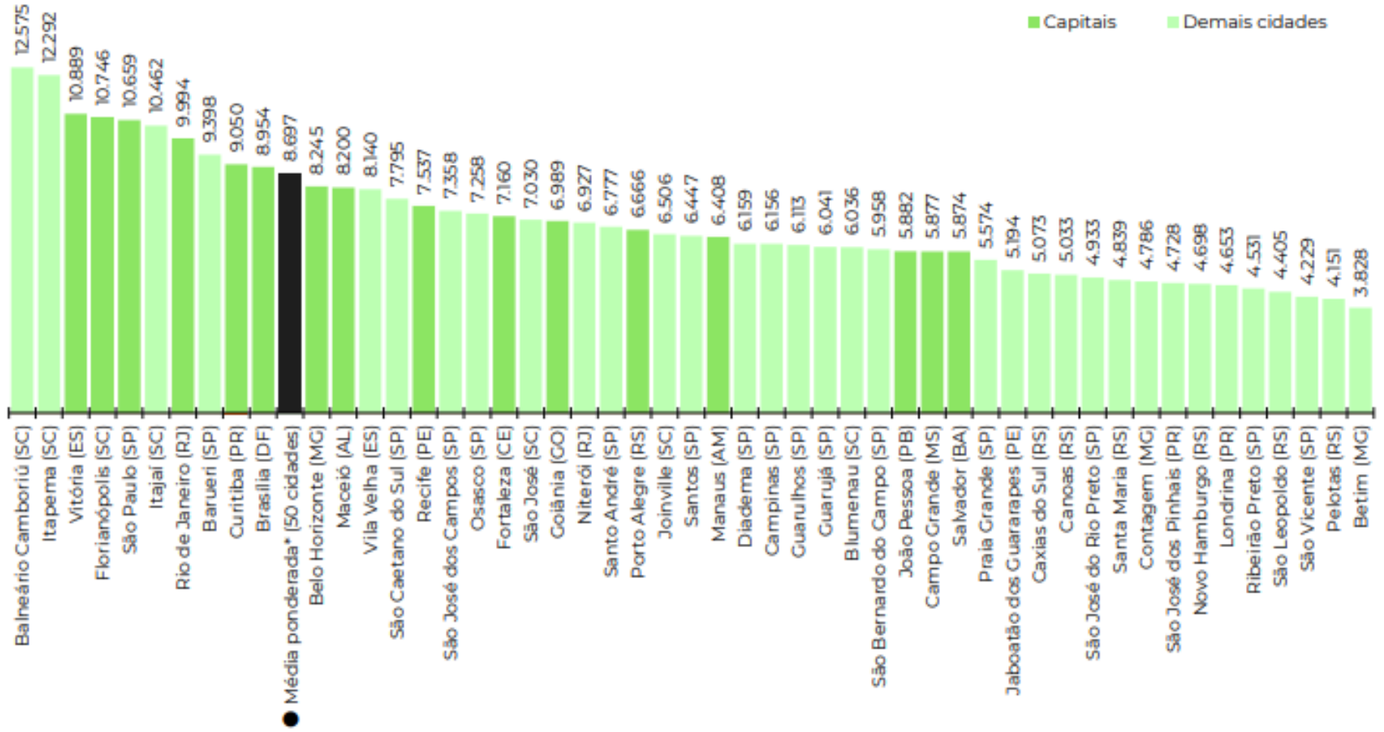



**Fig. 18 - Avaliação do FipeZap+ a partir do preço médio de venda de imóveis residenciais por cidade em novembro de 2023**

Fonte: FipeZap+, 2023. (Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/fipezap-202311-residencial-venda.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2023.)

A pesquisa citada também mostra as principais variações de preço por bairros, onde é possível notar que o Bairro de Jacarecica, o mais próximo do centro dentre os bairros que compõem o litoral norte de Maceió, foi um dos bairros que obteve maior aumento no valor do m², sendo no mês de novembro de 2023, o 4° bairro com o m² mais caro da cidade, chegando a ocupar o 1° lugar março, superando Pajuçara e Ponta Verde, tradicionalmente considerados como bairros nobres (Fig. 19). É possível perceber ainda, que os demais bairros localizados ao extremo do litoral norte da cidade, como o bairro de cruz das almas, também fazem parte do espectro de bairros com preço médio do m² mais elevado.

Um dos motivos que explica o aumento no valor do m², é a tendência dos últimos anos do mercado imobiliário tem sido criar condomínios de alto padrão no litoral norte, uma área desprovida de infraestrutura e considerada desvalorizada até pouco tempo atrás.

Os impactos negativos desse movimento de valorização repentina do litoral norte para o desenvolvimento da cidade são diversos. A princípio, pode-se considerar um possível processo de gentrificação, tal qual o que aconteceu a partir da década de 1970 em Maceió, com a construção dos conjuntos habitacionais no Benedito Bentes, como citado anteriormente. A diferença nesse caso, seria que no passado, o poder público foi o agente motivador direto desse processo, construindo conjuntos habitacionais e alocando pessoas que ocupavam áreas valorizadas da cidade, para locais distantes do centro.

Entretanto, atualmente a atuação do governo se dá ao não utilizar de instrumentos do Estatuto da Cidade para garantir melhores localizações para a criação de habitação de interesse social, como por exemplo,ao não reservar áreas centrais providas de infraestrutura para definir ZEIS (zona especial de interesse social), o governo deixa nas mãos do mercado imobiliário o poder de decisão, e desenvolvimento urbano da cidade.

Este, por sua vez, possui liberdade para definir terrenos, a faixa de renda dos compradores, modelo de conjunto habitacional (loteamento ou condomínio fechado) e obviamente, todas essas decisões serão tomadas como base no lucro. Fora o fato de que só há investimentos do PMCMV, a partir das demandas de construtoras, ou seja, se uma construtora não possui interesse de investir em determinada região, logo, esta não será beneficiada pelo programa.

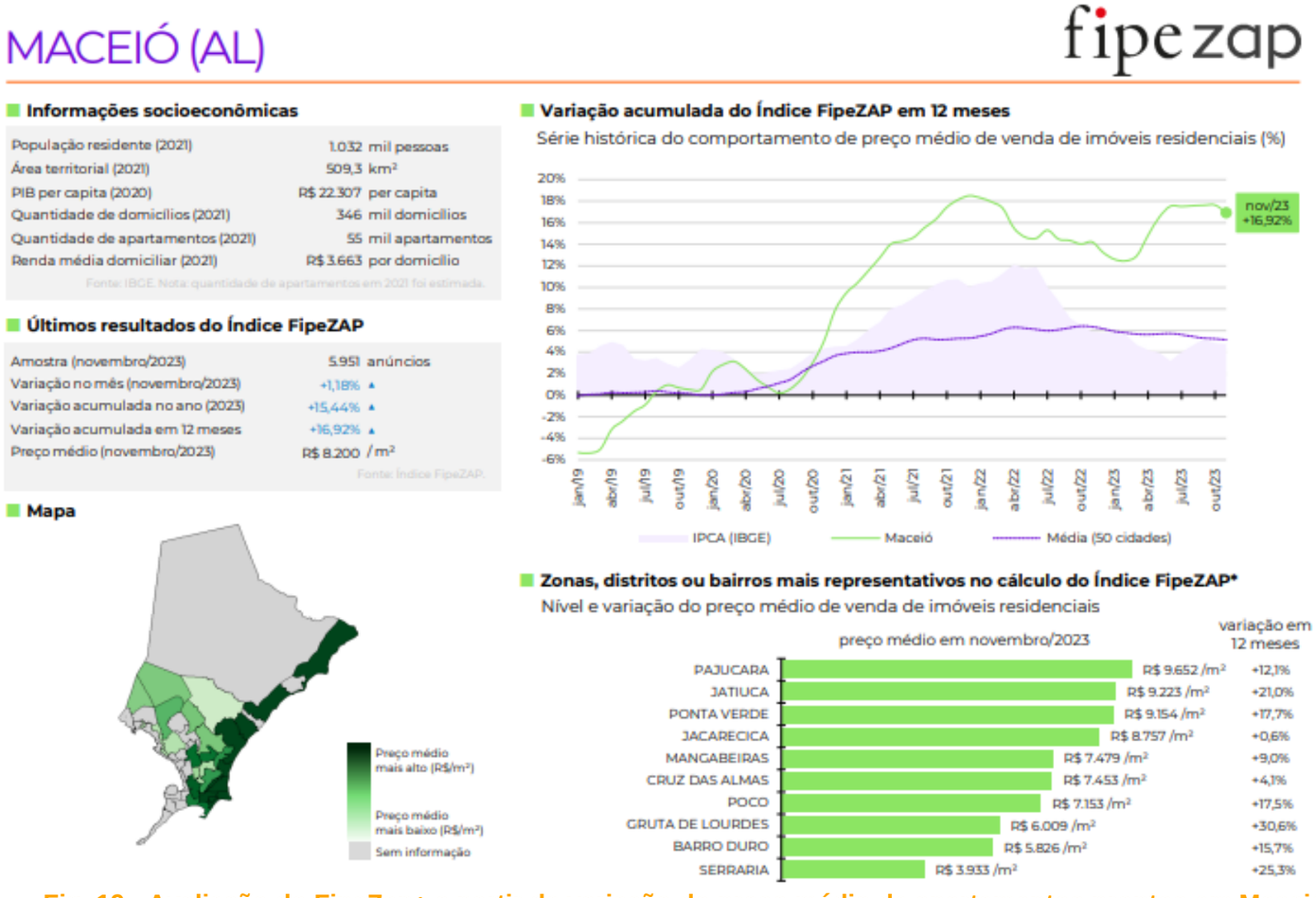



**Fig. 19 - Avaliação do FipeZap+ a partir da variação do preço médio de apartamentos prontos em Maceió em 2023**

Fonte: FipeZap+, 2023. (Disponível em: https://downloads.fipe.org.br/indices/fipezap/fipezap-202303-residencial-venda-publico.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2023.)

**Fig. 20 - Bairro do Pinheiro, principal bairro afetado pelo desastre causado pela Braskem em 2018.**

Fonte: Tribuna Hoje, 2023. (Disponível em https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/06/01/104274-justica-determina-desocupacao-de-imoveis-em-bairros-que-afundam-em-maceio. Acesso em 26 de novembro de 2023.)

Com a valorização do litoral norte e altos preços dos imóveis, é natural que os atuais moradores comecem a vender suas propriedades para empresas do ramo, interessadas em lucrar com a nova tendência dos condomínios de alto padrão. Consequentemente, esses antigos moradores precisarão procurar outro local para morar.

Devido a sua vasta extensão territorial, o Benedito Bentes também faz fronteira com alguns bairros do litoral norte, a exemplo, o anteriormente citado bairro de Jacarecica. Contudo, essa área de fronteira é uma região fortemente marcada pela presença de encostas, sem infraestrutura, e por este motivo, imprópria para a ocupação habitacional.

O desastre ambiental causado pela Braskem em 2018 gerou, e ainda gera, a migração forçada de milhares de pessoas que ocupavam os bairros afetos para outras áreas de cidade. O choque de oferta nos bairros afetados pelas rachaduras e o acordo firmado pela Braskem, no qual foram empregados mais de R$ 2 bilhões na compra dos imóveis dos moradores, e que consequentemente, inflamou o mercado imobiliário, foi umas das principais causas da variação no valor do m² em Maceió. Tanto a alta no valor do m² dos imóveis, quanto a ocupação de alto padrão no litoral norte da cidade acabam por excluir esta área, como uma possível moradia para os moradores de rendas mais baixas que tiveram, ou terão que ser removidos dos bairros afetados pelo desastre ambiental causado pela Braskem, e que reverbera até hoje (Fig. 20).

De acordo com dados de 2022 da Diagonal[3], o bairro Benedito Bentes saltou de nono (2019), para o quinto (2023) bairro que mais recebeu pessoas que precisaram se mudar dos locais afetados pelo desastre. A pesquisa apontou tambem que 30% dos imóveis desocupados até a data do levantamento desenvolviam atividades econômicas e que bairros mais afastados do centro como o Benedito Bentes, que apresentam menor dinâmica econômica, o que implica em maior demanda por geração de emprego e renda localmente, assim como por comércios e serviços ofertados, tiveram essa situação agravada pela realocação dessas pessoas.

A alta demanda por imóveis criada a partir do desastre ambiental causado pela Braskem, a valorização do litoral norte, a proximidade com os bairros desta região, o valor elevado dos imóveis na cidade de modo geral, e ainda a criação de novas vias que ligam o Benedito Bentes à parte baixa da cidade (Av. Rota do Mar e Av. Marília Mendonça), são fatores que podem facilmente induzir a um novo processo de adensamento informal e desorganizado do bairro Benedito Bentes, que possui ainda muitas áreas livres, porém, de topografia acidentada, sem nenhuma infraestrutura e considerada em muitos pontos, imprópria para a ocupação residencial.

Mais uma vez o processo de ocupação da cidade de Maceió parece seguir uma tendência segregacionista, de espraiamento desnecessário, forçando a ocupação de áreas impróprias que oferecem riscos e empurrando os mais pobres cada vez mais para longe do centro.

[3]Fonte: Mais Diálogo. 2022. (Disponível em: https://diagonalsocial-my.sharepoint.com/personal/maisdialogos_diagonal_social/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos%2FDocumento%20T%C3%A9cnico%20Complementar%20%2D%20Parte%20I%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fmaisdialogos%5Fdiagonal%5Fsocial%2FDocuments%2FDocumentos&ga=1. Acesso em 11 de dezembro de 2023).

## 4.1 Centralidade periférica: o potencial criativo e econômico do bairro Benedito Bentes

Um centro urbano é facilmente reconhecível, uma vez que mantém uma conexão direta com as demais regiões de uma cidade. Sua característica preponderante é a concentração de atividades econômicas e fluxos de pessoas e veículos. Uma localização privilegiada, onde se concentram atividades comerciais e de serviços, assim como uma vasta oferta de infraestruturas básicas, com o intuito de minimizar o tempo e maximizar os lucros.

Desse modo, inicialmente, um centro é identificado como um espaço rico em diversidade de estabelecimentos comerciais e serviços, destinados a suprir as demandas de toda a cidade. No entanto, Correa (2010) enfatiza a necessidade de cautela ao estabelecer essa relação, pois o conceito e a função desse espaço são mais complexos do que aparentam.

A autora argumenta que, ao eleger esse ponto de uso comum, ocorre uma organização com o propósito se de concentrar instituições que atendam aos interesses da comunidade. O centro, nesse contexto, torna-se então o espaço alvo de disputa pelo poder. Consequentemente, surge a valorização do solo urbano, resultando na segregação daqueles que não têm a possibilidade de se estabelecer no centro ou em áreas adjacentes a ele.

Até os primeiros cinco anos de existência do Benedito Bentes I, seu terminal rodoviário contava, exclusivamente, com um único ônibus que o conectava diretamente ao bairro do Jacintinho. Essa conexão entre os dois bairros é justificável. Apesar de estarem geograficamente distantes um do outro, ambos os bairros encontram-se assentados em áreas de grotas e encostas, sendo eles os dois mais populosos de Maceió, ostentando uma dinâmica urbana profundamente similar.

Para além do centro da cidade, referência oficial de oferta de serviços, pode-se afirmar que ambos constituem o "coração" da economia popular local, abrigando supermercados, mercearias, lojas de tecidos, confecções, açougues, farmácias, feiras ao ar livre etc. Apresentando, em oposição ao centro, uma ocupação muito dinâmica, onde o uso misto é intensamente difundido por toda a extensão dos bairros.

Tanto o Jacintinho quanto o Benedito Bentes estabeleceram suas próprias dinâmicas de comércio local. Impulsionado, em grande parte, pela considerável distância em relação ao centro da cidade, que varia de 22 a 25km, dependendo se partimos do Benedito Bentes I ou do Benedito Bentes II, os residentes do bairro rapidamente perceberam a necessidade de estabelecer um comércio capaz de suprir as demandas emergentes na região (Gomes, 2018).

**Fig. 21 - Representação de um bairro periférico**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

De acordo com Spósito (2001, *apud.* Correa, 2010), a descentralização das atividades comerciais e de serviços resulta no surgimento de múltiplas centralidades polinucleadas, cada uma voltada para uma determinada classe social, manifestando-se por meio de diferentes formas de expansão. Isso inclui por exemplo: a abertura de novos loteamentos urbanos, a construção de grandes conjuntos habitacionais, com ou sem a instalação de pequenos estabelecimentos para atender às necessidades de consumo imediato, além do surgimento de grandes empreendimentos comerciais, como shopping centers e hipermercados. Ou ainda a criação de outros centros de atividades mais complexos, que englobam a presença de sedes de empresas, serviços hoteleiros e espaços para a realização de eventos diversos.

Atualmente, para além da vasta oferta de produtos e serviços em pequena escala, o Benedito Bentes conta também com diversos dos aspectos citados pela autora, haja vista: um shopping center (Fig. 22) que apesar de oficialmente localizar-se nas nas imediações do bairro, é considerado por todos os moradores da cidade como o Shopping do Biu (apelido comumente utilizado para se referir ao bairro), também já é possível perceber a presença de diversos conjuntos residenciais construídos para serem financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida, faculdades, instituto federal de educação, indústrias como a Coca-Cola e mais recentemente, grandes eventos promovidos pela prefeitura que estimulam a economia local e oferecem um ambiente de lazer aberto ao público.

Embora muitos estudos tragam à tona o tema da ocupação de áreas centrais nas grandes cidades, com destaque na área de habitação para a importância das classes menos favorecidas terem acesso às facilidades e privilégios de morar em regiões centrais, contudo, sendo o objeto de estudo deste trabalho localizado no maior bairro periférico de Maceió, vale a pena expandir as perspectivas sobre o morar na periferia para além das já conhecidas dificuldades e limitações.

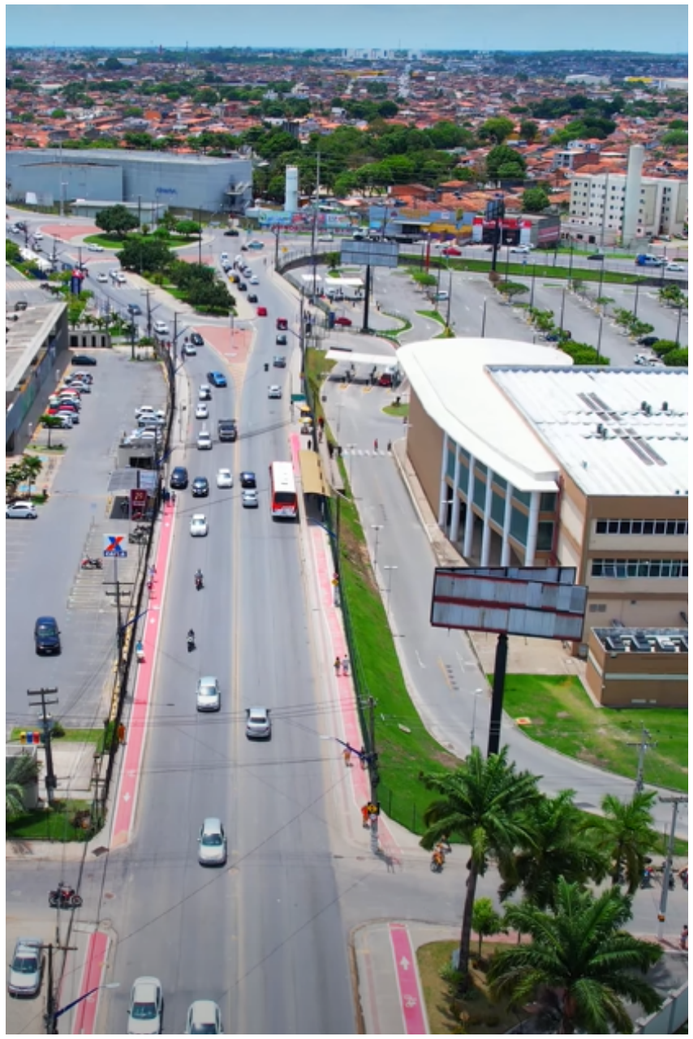


**Fig. 22 - Imagem aérea entrada do bairro Benedito Bentes, com shopping à direita**

Fonte: Do Benedito [...], 2022. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=kMliDpWC7rY. Acesso em 27 de novembro de 2023.)

Como apontado por Eunice Durham (2004), as dificuldades e limitações tornam-se evidentes na periferia, onde se revela o estilo de vida das classes trabalhadoras e das populações de baixa renda que residem nas grandes cidades. Composta pelos bairros mais distantes, economicamente menos favorecidos e com menor acesso a transporte e serviços públicos. No entanto, essa segregação relativa parece propiciar o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue essa população das camadas mais privilegiadas. A autora salienta a diferença na relação com a cidade que pessoas de classes altas possuem em relação aos moradores de bairros periféricos ao dizer que:

> Para estas, as distâncias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade. A casa ou o apartamento, isolados e autosuficientes, limitam um espaço social que não é complementado pela vizinhança: Na periferia, ao contrário, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade (Durham, 2004, p. 383).

Ao explorar bairros periféricos, especialmente aqueles de maior extensão territorial e densidade populacional, como no caso do Benedito Bentes, independentemente da via de acesso utilizada, é possível encontrar com facilidade profissionais autônomos em estabelecimentos de pequeno porte,

como mercearias, farmácias, postos de saúde, barracas com diversos produtos, bares, feiras, associações, cooperativas, igrejas, entre outros. Essas novas centralidades, muitas vezes, tornaram-se verdadeiros subcentros urbanos, com infraestrutura própria e comércio local para atender as demandas das populações residentes (Fig. 23)

Geralmente, esses locais são caracterizados por atividades diversificadas, além da presença de órgãos públicos que são instalados com o intuito de promovê-los como novos cartões-postais da cidade. Isso cria uma rede interdependente e desconectada da dinâmica cotidiana do restante da cidade. Nesse contexto, é a própria população que se organiza e busca criar recursos para se sustentar autonomamente (Fig. 23).

Em suma, apesar de todas as dificuldades impostas a praticamente todo bairro pobre e periférico, tais como insegurança pública, falta de infraestrutura e abandono do poder público, o bairro do Benedito Bentes, mostra como uma comunidade formada por trabalhadores pode se desenvolver internamente a ponto de chegar a se considerar capaz de conquistar sua independência enquanto cidade.

De fato, já houve duas tentativas de emancipação do Bairro do Benedito Bentes, em vista de torná-lo município, sendo a última em 2007. Com uma dinâmica própria, população de quase 200 mil habitantes e uma área de 24,6 km², o bairro não só é o maior e mais populoso de Maceió, como apresenta números mais expressivos do que muitos outros municípios do estado de Alagoas. Apesar de os projetos de emancipação do bairro não terem sido aprovados, internamente, os moradores sentem que moram em uma cidade a parte, o senso de pertencimento ao bairro e ao mesmo tempo, despertencimento da cidade, geram uma identificação que apenas pode ser experienciada por quem realmente construiu e constrói todos os dias, a cidade em que mora.

## 4.2 A cultura ainda respira no bairro Benedito Bentes, apesar da violência

A vulnerabilidade socioeconômica e a falta de segurança presentes nas comunidades de áreas periféricas urbanas, resultam em elevadas taxas de crimes contra a vida. Paralelamente, tais regiões têm sua reputação associada a características como marginalidade, isolamento, tráfico e consumo de drogas.

A significativa aglomeração de questões sociais, econômicas e ambientais transformaram o bairro do Benedito Bentes em uma região urbana caracterizada pela violência. Ao longo do tempo, o bairro tem sido tema de várias discussões relacionadas à temática da violência, seja através de reportagens, ações realizadas pelo governo municipal ou estadual, ou pesquisas.

**Fig. 23 - Avenida Benedito Bentes, 2017**

Fonte: Sete segundos, 2017. (Disponível em: https://www.7segundos.com.br/maceio/noticias/2017/12/11/85344-feirantes-do-benedito-bentes-tentam-se-adaptar-a-novo-espaco-no-mercado-publico. Acesso em 27 de novembro de 2023.

**Fig. 24 - Matéria - apresentação teatral no Benedito Bentes**
Fonte: Morador do bairro.

Durante o processo de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, o levantamento de informações sobre a cultura, manifestações artísticas e tradicionais do bairro foi particularmente difícil. Além da reputação violenta, as dinâmicas que acontecem no bairro são fortemente influenciadas por estratégias de grupos políticos, que agem principalmente através de “ações sociais”.

A partir de busca pela internet, é possível perceber que alguns eventos culturais no bairro motivados pelo poder público, porém, com considerável distanciamento temporal entre um e outro. Vale ressaltar que nos últimos anos a Prefeitura tem investido em eventos abertos ao público, contudo, os eventos resumem-se basicamente a shows em datas comemorativas (como Ano Novo, São João e aniversário do bairro por exemplo), mas dificilmente valorizam e reconhecem os artistas locais, trazendo quase sempre, atrações de fora do bairro ou mesmo da cidade. Dessa forma, a maior parte do que é divulgado na mídia local sobre o bairro Benedito Bentes resume-se  a dois temas: tragédias e casos de violência, ou, ações socioculturais promovidas pelo poder público.

Assim, uma breve busca sobre o acervo cultural do bairro foi incluída no levantamento junto aos frequentadores da feira livre. Por tratar-se de um local tão heterogêneo e que, por si só, representa parte da cultura de um local, não foi difícil encontrar na feira atores e produtores atuantes de manifestações cultuais no bairro (Fig. 24). Um dos feirantes, que também é morador da ocupação adjacente à feira, comercializa em sua banca instrumentos musicais produzidos de forma artesanal além de algumas espécies de plantas.

O referido morador é mestre de capoeira e fundador de uma associação cultural de capoeira que oferece oferece aulas e oficinas para os moradores do bairro. Na ocasião, o mesmo estava organizando mais uma de tantas edições do seu evento, um encontro de capoeira, que reúne os participantes em uma das muitas áreas verdes do bairro, que o mesmo afirma se esforçar para manter preservada e repassar a conscientização para os alunos, visto que a prática tradicional da capoeira é diretamente ligada às matas e ao meio ambiente.

Outro frequentador assíduo da feira, um dos mais tradicionais e conhecidos músicos de forró do bairro, organizador de um trio “pé de serra", relatou sobre sua história e carreira musical, intrinsecamente atreladas aos eventos tradicionais que aconteciam nos espaços livres do bairro, como o “Biu Fest” e bailes como os que aconteciam no ginásio do colégio Fantástico, organizados por moradores, mas que já não existem mais.

Durante o diálogo, o morador, fez questão de mencionar uma pesquisa, da qual está fazendo parte como entrevistado, que trata, justamente, de um mapeamento cultural, que pretende localizar e catalogar os principais promotores da cultura do bairro.

**Fig. 25 - Apresentação teatral no Benedito Bentes**
Fonte: Morador do bairro.

**Fig. 26 - Matéria - manifestações culturais no Benedito Bentes**
Fonte: Morador do bairro.

**Fig. 27 - Fusca literário**
Fonte: Morador do bairro.

[4]FAPEAL-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.
[5]UFAL - Universidade Federal de Alagoas.

O mapeamento foi idealizado em 2019 por um morador e produtor cultural que relatou ter começado o processo por conta própria, pois sentia falta de uma base de dados onde pudesse encontrar artistas do bairro para promover eventos.

A proposta de mapeamento cultural venceu um edital, tornou-se uma pesquisa oficial e passou a contar com apoio da FAPEAL[4] e o financiamento de bolsas para estudantes da rede pública que começaram a atuar como pesquisadores juniores. A pesquisa chegou a se tornar objeto de estudo do Grupo de Pesquisa Representações do Lugar, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFAL[5], que contribuiria para o levantamento através de um grupo de extensão, contudo o grupo precisou ser cancelado devido a falta de investimento por parte da universidade.

Além do mapeamento cultural, o morador é Diretor de uma escola de teatro e idealizador de um espetáculo. A apresentação teatral teve sua primeira edição em 2001 e aconteceu ao ar livre, em uma das ruas do bairro e contou com a presença dos moradores, que colocaram suas cadeiras nas calçadas para assistir ao evento.

O sucesso do evento foi tanto, que a comunidade passou a cobrar que o espetáculo se repetisse, e assim aconteceu. Por conta do aumento na quantidade de espectadores, passou a ocorrer na Praça Padre Cícero, nos anos consecutivos até 2004. Por conta de diferenças causadas pela intervenção de grupos políticos, a incipiente companhia de teatro passou por muitas instabilidades e o evento perdeu sua periodicidade, enfrentando pausas e retornos.

Entretanto, em 2022 o espetáculo retornou (Fig. 25), mas o morador afirma que, além de ter enfrentado a já conhecida falta de apoio financeiro, lidou também com tentativas de boicote, devido à recusa em aliar-se a grupos políticos. Entretanto, apesar das adversidades, o evento ocorreu de forma gratuita no ginásio do Colégio Fantástico, palco de diversos eventos locais, e superou as expectativas de público.

O morador ressaltou que, mesmo com as dificuldades, continua empenhado em produzir o espetáculo todos os anos e expandir as fronteiras para além do bairro. Assim como pretende promover demais eventos com artistas locais, a fim de mostrar para a população de Maceió que a cultura do bairro Benedito Bentes não é a cultura da violência amplamente propagada.

De fato a violência existe, assim como os demais problemas sociais que ocorrem em qualquer bairro periférico de grandes proporções, e precisam ser discutidos e trabalhados. A cultura do bairro Benedito Bentes existe, é real e está presente de diversas formas (Fig.26) como na Quadrilha Junina Amanhecer do Sertão, no Coco de Roda Catolé, no Fusca Literário (Fig. 27), no Bumba Meu Boi Fênix, no artesanato, no teatro, na capoeira, no cordel, na música e em outras expressões.

# 5. OCUPAR PARA VIVER, TRABALHAR PARA PERMANECER: PROJETO PARTICIPATIVO PARA MELHORIA DA FEIRA DA RUA CAXEU

## 5.1 Caracterização espacial

O contexto de criação da feira foi relatado da mesma maneira pelos comerciantes que ali se encontram: a princípio, a feira aconteceu de forma autônoma, espontânea e aos poucos na Av. Benedito Bentes, umas principais e mais movimentadas avenidas do bairro, caracterizada por seu forte poder de comércio formal e informal. De forma independente e sem autorização legal, cada comerciante se apropriou de um espaço ao longo da avenida para construir sua barraca (Fig. 28).

À medida que o tempo foi passando, mais comerciantes foram se estabelecendo e o canteiro central da via passou a concentrar a maior parte das barracas, contudo, havia ainda bancas localizadas nas margens da via, junto ao meio fio em ambos os lados, esquerdo e direito (Fig. 29).

**Fig. 28 - Antigas barracas ao longo da Av. Benedito Bentes, 2013**

Fonte Alagoas 24 horas, 2023. (Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/secom/mamulengo-das-alagoas-e-japinha-conde-se-apresentam-no-biu-neste-sabado-01-veja-mais-atracoes.Acesso em: 27 de novembro de 2023.

**Fig. 29 - Antigas barracas ao longo da Av. Benedito Bentes, 2009**

Fonte: Bairros de Maceió, 2023. (Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/secom/mamulengo-das-alagoas-e-japinha-conde-se-apresentam-no-biu-neste-sabado-01-veja-mais-atracoes. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

Com a implantação na nova Av. Rota do Mar - que liga o Residencial Freitas Neto até o entroncamento da AL-101 Norte, em Guaxuma - o canteiro central da Av. Benedito Bentes precisou ser modificado (Fig.30). No projeto de reestruturação da via para receber maior fluxo de automóveis decorrentes da Av. Rota do Mar, constava o estreitamento do canteiro central. Assim, começou o processo de realocação dos feirantes (Fig. 31).

**Fig. 30 - Canteiro apos a remoção das barracas, 2017**

Fonte 7 segundos, 2017. (Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/secom/mamulengo-das-alagoas-e-japinha-conde-se-apresentam-no-biu-neste-sabado-01-veja-mais-atracoes. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

**Fg. 31 - Canteiro após a reforma, 2023**

Fonte: Prefeitura de Maceió, 2023. (Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/alurb/canteiro-da-avenida-principal-do-benedito-bentes-ii-recebe-servicos-de-paisagismo. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

**Fig. 32 - Mapa do Brasil**
**Fig. 33 - Mapa de Alagoas**
**Fig. 34 - Mapa de Maceió**
**Fig. 35 - Mapa do entorno imediato da Rua Caxeu - 1kmØ**
**Fig. 36 - Mapa da área de estudo**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O local escolhido para a nova feira livre do Benedito Bentes foi a Rua Caxeu (Fig. 32, 33, 34, 35, 36), considerada pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), como uma "via morta", argumento utilizado para promover o fechamento da via. A rua por trás do Mercado Público do Benedito Bentes, não apresentava movimento significativo durante os dias úteis, mas acomodava aos fins de semana a "feira da troca" (Fig.37) , famosa em toda cidade pela grande diversidade de produtos à venda. Não existia barraca, ou ponto fixo, a feira se caracteriza apenas por um grupo de pessoas com algo para vender e outras com alguma necessidade de algo para comprar.

A ação de realocação dos feirantes para o novo local gerou bastante controvérsia. Após um abaixo-assinado subscrito pelos comerciantes, a Defensoria Pública de Alagoas chegou a ingressar com uma ação civil pública para que o município parasse a retirada dos trabalhadores, pois segundo os mesmos, o local não possuía a estrutura adequada para a manutenção da feira, além de ser conhecido por conter uma aglomeração de dependentes químicos e moradores de rua.

As reclamações incluíam o fato da Prefeitura apenas ter pintado, no chão, os espaços correspondentes a cada feirante, e de que não haveria venda de produtos, pois os clientes teriam medo de circular pelo local, devido a uma ocupação que os próprios moradores costumam chamar de "cracolândia" em um terreno adjacente a rua.

**Fig. 37 - Rua Caxeu durante a antiga feira da troca**
Fonte: Benedito Bentes, página no Facebook, 2020. (Disponível em: https://www.facebook.com/OFICIALBENEDITOBENTES/photos/saudades-de-fazer-um-rolo-na-feirinha-viadronemczalan-beneditobentes-biueuamobi/3125974590798702/paipv=0&eav=AfbF9kydCr4SVmLJMtZ30StDyjYgv7KuP8dtI qSXBvvcj5n_9fYb9swmB_hsoMwuQAY&_rdr. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

As construções que ocupam parte do terreno, vão desde alvenaria a barracos de madeira, e estão dentro dos limites, mas voltam-se para a rua Caxeu, local escolhido para acomodar a nova feira livre. Logo, a feira ficaria entre o mercado e a ocupação (Fig. 38)

**Fig. 38 - Localização da rua Caxeu entre os fundos do mercado público e o terreno ocupado**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Vale ressaltar que a princípio, o objeto de estudo deste trabalho seria a ocupação, mais especificamente, um projeto de requalificação urbana para toda a área do terreno, incluindo habitação social. Atualmente, os moradores da ocupação estão em uma disputa judicial para garatirem o direto de permanecer no local, contra o Governo do Estado que, por sua vez, solicitou reintegração de posse, a fim de iniciar as construções do projeto de um complexo escolar no terreno.

Contudo, ao conversar com os moradores da ocupação, foi solicitado que o projeto deste TFG focasse na melhoria da feira, uma vez que já possuem suas casas (mesmo considerando a situação de ilegalidade e falta de infraestrutura), a prioridade agora são as condições de trabalho da comunidade.

Desde a realocação dos feirantes da Av. Benedito Bentes para a rua Caxeu (Fig. 40, 41), a feira se tornou uma fonte de renda, para a maior parte do moradores da ocupação, que dependem do trabalho informal para sobreviver.

Segundo os moradores, a melhoria da feira seria fundamental para que, através do lucro gerado pelo trabalho com a comercialização de produtos, os moradores pudessem melhorar suas condições financeiras e, consequentemente, suas moradias. O que atualmente não acontece pois, devido à falta de infraestrutura da feira, o movimento de clientes está muito baixo.

Existe inclusive um grave problema social no que diz respeito à insegurança financeira e física dos trabalhadores da feira. Foi relatado por um dos feirantes e também morador da ocupação, que há uma forte presença de agiotas venezuelanos na região, que emprestam dinheiro para que os feirantes possam investir em seus negócios na feira.

Assim, muitas pessoas que não conseguem pagar suas dívidas, devido ao baixo movimento de clientes na feira, acabam tendo que deixar suas bancas e até mesmo suas casas.

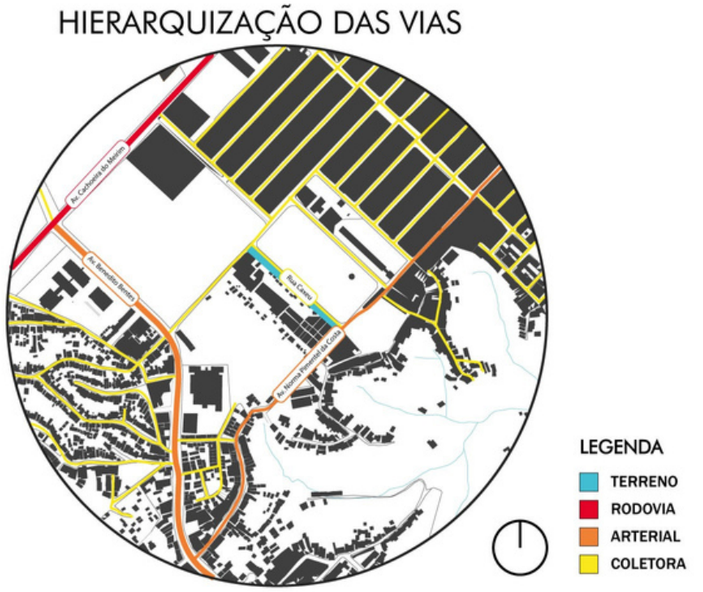



**Fig. 40 - Localização da Av. Benedito Bentes em relação à rua Caxeu**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 41 - Feira livre do Benedito Bentes, na rua Caxeu, mercado público à esquerda e ocupação à direita**
Fonte: Joãozinho Gabriel, site, 2023. (Disponível em: https://joaozinhomaceio.com.br/vereador-joaozinho-cobra-da-prefeitura-de-maceio-explicacoes-sobre-aluguel-milionario-de-tendas-no-benedito-bentes/). Acesso em: 27 de novembro de 2023.

Nos anos 2000, o direito à moradia foi consagrado como um direito fundamental na Constituição Federal do Brasil. Em complemento, a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, estabeleceu-se como ferramenta norteadora para a regulamentação do uso do solo e a consecução de uma política fundiária urbana. Apesar desses marcos, entretanto, tais conquistas não foram capazes de infundir uma mudança decisiva no panorama da política urbana brasileira, que ostenta o estigma da segregação socioespacial e carência habitacional.

A presente proposta que almeja uma renovação urbana, reforça a garantia universal do acesso à moradia por intermédio de diretrizes urbanísticas, mas também a conformação adequada do espaço urbano, como um espaço propício para a convivência, o trabalho e o lazer.

Contudo, na prática, a realidade é bem diferente. Percebe-se por exemplo na trajetória de consolidação do bairro Benedito Bentes, objeto deste estudo, o histórico de adensamento populacional, resultante de um processo de migração e de realocação, como nos casos em que o poder público destinou a construção de conjuntos habitacionais para pessoas de outras partes da cidade.

Essa política de desocupação e realocação em nada favorece esses grupos removidos. Para além das circunstâncias em que sua identidade está profundamente enraizada no local onde vivem, há também a constatação de que, frequentemente, esse deslocamento resulta em um afastamento de seus postos de trabalho, agravando também, a desocupação das crianças e dos jovens, pela falta de espaços propícios para convívio e recreação, e a desocupação dos mais idosos, pela ausência de oportunidades de emprego, tanto informais quanto formais.

Segundo a argumentação de Rolnik (1988), a maneira pela qual a sociedade segmenta o território em “locais de trabalho” e “locais de moradia”, representa uma exemplificação prática da segregação espacial. Essas práticas discrepantes em relação às aspirações coletivas, ocasionam diversas transformações demográficas, culturais, políticas e econômicas, com implicações diretas na condição de vida da população.

Não se sabe ao certo como se deu o inicio da ocupação junto ao Mercado (Fig.39), mas não é difícil encontrar na internet matérias sobre moradores do bairro que residiam em áreas de risco, ou que já não podiam pagar aluguel, que se organizaram para ocupar terrenos desocupados no bairro.

Assim, é possível deduzir que a ocupação em questão tenha sido resultado de uma dessas situações. Segundo o Censo 2022 divulgado pelo IBGE, Alagoas tem um déficit de 128,3 mil moradias dignas para atender a população de baixa renda de Alagoas, e ao mesmo tempo, 277,9 mil imóveis vagos ou de uso ocasional[6]. Sendo das 128,3 mil, 63.793 o número de residências que faltam na Região Metropolitana de Maceió[7].

**Fig.. 39 - Construções da ocupação habitacional no terreno adjacente à rua Caxeu**
Fonte: A autora, 2023

[6]Fonte: g1 Alagoas. (Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/07/09/maior-sonho-e-ter-casa-numero-de-domicilios-nao-ocupados-em-al-e-odobro-do-que-o-necessario-para-suprir-a-carencia-de-moradias.ghtml. Acesso em 29 de novembro de 2023.)

[7]Fonte: Tribunahoje.com. (Disponível em: https://tribunahoje.com/. Acesso em 29 de novembro de 2023.)

## 5.2 Estrutura atual do mercado e da feira da rua Caxeu

As notificações de realocação começaram a ser feitas em 2017, mas foi só no início de 2022 que os feirantes foram oficialmente remanejados para a nova localização, e apesar do tempo de planejamento da ação, pode-se dizer que a infraestrutura entregue foi, no mínimo, improvisada (Fig. 42).

Assim como mencionado anteriormente, de acordo com as reclamações feitas pelos feirantes realocados da Av. Benedito Bentes, a infraestrutura oferecida pela Prefeitura para que os trabalhadores se adaptassem à nova localização na rua Caxeu, resumiu-se à uma demarcação no chão, tendas para proteção contra imtempéries, um auxílio de R$ 500, por três meses e a promessa de bancas padronizadas.

Foram alugadas 12 tendas de 12x12m por um valor mensal de R$ 160 mil, para acomodar 240 trabalhadores que tiveram que reconstruir suas bancas (Fig. 43), visto que a Prefeitura não entregou as bancas padronizadas como prometido. A situação permanece até hoje, quase dois anos depois da mudança (Fig. 44, 45).

O mercado público, por sua vez, também não apresenta boas condições de trabalho. Fundado em 1987[7], o mercado nunca passou por uma reforma completa e sua infraestrutura precária reflete o abandono do município com a classe trabalhadora e

**Fig. 42 - Nova feira livre do Benedito Bentes, na rua Caxeu**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 43 - Bancas construídas pelos feirantes**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 44 - Situação da feira em dia de chuva**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 45 - Situação da feira em dia de chuva**
Fonte: A autora, 2023.

[7]Fonte: Aguiar, André, 2021. Mercado do Benedito Bentes recebe intervenções e instaura nova realidade para feirantes e população. **Prefeitura de Maceió,** 2021. (Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/ 2023/07/09/maior-sonho-e-ter-casa-numero-de-domicilios-nao-ocupados-em-al-e-odo bro-do-que-o-necessario-para-suprir-a-carencia-de-moradias.ghtml. Acesso em 29 de novembro de 2023.)

o setor de abastecimento de Maceió (Fig. 46, 47).

No dia 31 de dezembro de 2022, em pleno funcionamento para atender às demanadas de fim de ano, chuvas em Maceió, uma parte da coberta do mercado desabou sobre os feirantes e usuários, no setor de canes e peixes. Não houve acidentes graves, mas algumas pessoas ficaram feridas e o mercado foi fechado para reparos[8] (Fig. 48).

A solução dada pela prefeitura para que os trabalhadores não parassem de comercalizar seus produtos enquanto o mercado permanecia fechado, foi mais uma vez, o aluguel de tendas (Fig. 49). Dessa vez no estacionamento em frente ao mercado, sem o básico de estruturas dignas para que esses profissionais possam exercer o seu trabalho, a exemplo de pias para o tratamento de alimentos, totalmente fora dos padrões exigidos pela Vigilância Sanitária. E apenas dois banheiros químicos, que atendem toda a população que frequentam o espaço.

Estima-se que a prefeitura gastou mais de R$ 2,9 milhões de reais com o aluguel de tendas para alocar o feirantes do canteiro central da Av. Benedito Bentes e os permissionários do mercado público[9].

Em 2023, 36 anos após sua fundação, foi elaborado um novo projeto para o mercado público do Benedito Bentes. Começaram assim os rumores de demolição da atual edificação, e com isso a preocupação dos permissionários e feirantes com mais uma possível realocação.

[8]Fonte: Alexandre, Matheus, 2023. **CBN Maceió**. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design. Acesso em 29 de novembro de 2023.)
[9]Fonte: Joãozinho Gabriel, site, 2023. (Disponível em: https://joaozinhomaceio.com.br/vereador-joaozinho-cobra-da-prefeitura-de-maceio-explicacoes-sobre-aluguel-milionario-de-tendas-no-benedito-bentes/). Acesso em: 27 de novembro de 2023.

**Fig. 46 - Entrada do mercado público do Benedito Bentes**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 47 - Instações do banheiro no mercado público do Benedito Bentess**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 48- Mercado após o desabamento de parte da coberta**
CBN Maceió, 2023. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design. Acesso em 29 de novembro de 2023.)

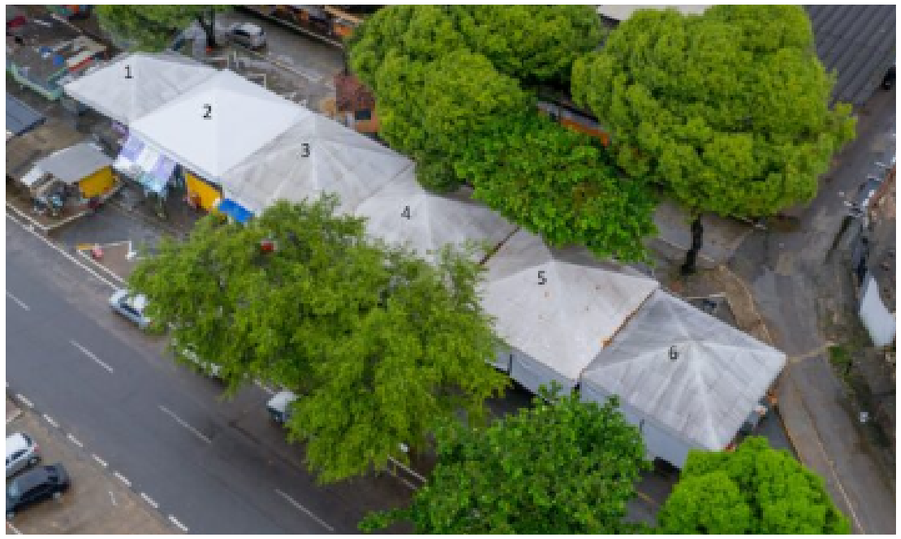



**Fig. 49 - Tendas colocadas em frente ao mercado para acomodar os permissionários após o desabamento da coberta**
Fonte: Joãozinho Gabriel, site, 2023. (Disponível em: https://joaozinhomaceio.com.br/vereador-joaozinho-cobra-da-prefeitura-de-maceio-explicacoes-sobre-aluguel-milionario-de-tendas-no-benedito-bentes/). Acesso em: 27 de novembro de 2023.

## 5.3 Análise dos usos locais

Assim como se espera de qualquer feira, a feira livre do Benedito Bentes apresenta uma significativa variação de usos e atividades desenvolvidas. Não há uma definição por setor de atividades e/ou produtos comercializados, o que emprega uma caracterísica bastante heterogênea para a feira (Fig. 50).

A oferta é majoritariamente de produtos de pequeno porte, que vão desde frutas e verduras, até roupas, passando por lanches, especiarias, mercearia, artesanato, mudas de plantas, DVDs, entre outros (Fig. 51).

A maior parte das bancas são fixas, mas há também a presença de ambulantes com carrinhos. Uma parte dos feirantes trabalham na feira todos os dias, já outros, apenas aos fins de semana, mesmo tendo banca fixa, contudo, não foi possível contabilizar, ao certo, quantos feirantes se enquadram em cada tipo.

Além da utilização do espaço para a comercialização de produtos, há também o uso social. As comemorações são constantes na feira, acontecem, praticamente, em todas as datas importantes para o comércio e, apesar de não ter uma área específica para eventos, as comemorações ocorrem em frente ao portão do mercado público, praticamente no centro geométrico da feira (Fig. 52).

**Fig. 51 - Banca de frutas, roupas e lanches ao fundo**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 50 - Banca de lanches, mini mercearia e banca de verduras**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 52 - Comemoração do dia dos pais**
Fonte: A autora, 2023.

## 5.4 Boas soluções projetuais com participação social integrando trabalho e moradia

### 5.4.1 Mutirão 50

Durante o período da ditadura militar, muitas famílias foram removidas de suas casas na Avenida Beira-Mar em Fortaleza, para a construção de hotéis e apartamentos de luxo. Na época, uma nova favela surgia a cada mês na periferia da cidade a partir da ocupação de terras. Com muitas famílias vivendo abaixo da linha da pobreza, uma dessas favelas chamada Conjunto Marechal Rondon, composta em sua maioria pelos moradores removidos da Avenida Beira-Mar, recebeu o Projeto Mutirão 50 (Fig. 53), fruto de uma parceria entre a Prefeitura de Fortaleza, o movimento local dos sem teto e, em particular, as famílias selecionadas, ao todo 550[10].

A pretensão do projeto não se resumia a simplesmente construir moradias, era ir além, e produzir cidade, ou seja, realizar uma microurbanização que contaria com habitações, mas também com praças, espaços públicos, lojas, creches para facilitar a vida das mulheres em procura de trabalho, espaços de agricultura urbana comunitária e um micro distrito industrial. Todos estes equipamentos foram construídos pelos próprios moradores, que também ergueram suas casas.

Vale ressaltar o fato de que sendo o Mutirão 50 um projeto de construção de cidade desenvolvido com participação direta dos moradores (Fig. 54), foi decidido pelos próprios, que a primeira construção a ser executada, antes mesmo das moradias, seria um pavilhão de trabalho, diga-se de passagem o principal objetivo da ação.

Isso permitiu testar os métodos construtivos e iniciar a produção de blocos e de outros elementos, tais como peitoris, blocos de pedra-cimento para as fundações, tanques de água individuais de ferrocimento e vasos sanitários de cimento e pó de pedra. Posteriormente, este galpão virou um centro de capacitação e aprendizagem para as famílias e permitiu reduzir os custos da obra.

**Fig. 53 - Mutirantes em pleno trabalho coletivo**
Fonte: Yves Cabannes [entre 1980 e 1900]. (Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=63166. Acesso em 29 de novembro de 2023).

**Fig. 54 - Entrada Mutirão 50, vista do Galpão**
Fonte: Yves Cabannes [entre 1980 e 1990]. (Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=63166. Acesso em 29 de novembro de 2023).

[10]Fonte: Cabannes, Yves. Terra, Beatriz. Mutirão 50: Ajuda Mútua, Autogestão, Microurbanização Popular e Propriedade Coletiva da Terra na Luta por Moradia em Fortaleza. **RioOnWatch,** 2023. (Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/07/09/maior-sonho-e-ter-casa-numero-de-domicilios-nao-ocupados-em-al-e-odobro-do-que-o-necessario-para-suprir-a-carencia-de-moradias.ghtml. Acesso em 29 de novembro de 2023.)

### 5.4.2 Centro de Oportunidade para Mulheres

Os recursos materiais e as metodologias construtivas locais, desempenham um papel crucial no engajamento dos utilizadores durante o processo de concepção de um projeto arquitetônico. A prática do escritório Sharon Davis Design, exemplifica essa abordagem ao elaborar o Centro de Oportunidades para Mulheres, em Kayonza, Ruanda. O projeto visa fomentar a capacitação feminina e impulsionar a economia agrícola de subsistência em uma comunidade de pequeno porte[11] (Fig. 55).

As arquitetas empregaram as competências locais na produção de tijolos pelos residentes, como um arcabouço não apenas para projetar o edifício, mas também para implementar um programa de capacitação em técnicas construtivas regionais. Os futuros utilizadores do centro participaram ativamente na confecção de tijolos, utilizando recursos locais e um novo método de compactação manual, mais resiliente e derivado das práticas construtivas tradicionais da localidade. Em suma, foram produzidos 450.000 tijolos de argila por meio desse processo.

A iniciativa tem como propósito instruir mulheres na geração de renda, por meio do cultivo de terras, empregando métodos orgânicos voltados para a produção comercial. Foram utilizados espaços compactos de currais e salas de aula (Fig. 56), dotados de sistemas de resfriamento providos por telhados verdes e muros de contenção de terra.

[11]Fonte: Centro de Oportunidade para Mulheres / Sharon Davis Design [Women's Opportunity Center / Sharon Davis Design], 2013. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design. Acesso em 29 de novembro de 2023.)

**Fig. 55 - Mulheres trabalhando na plantação e pavilhões ao fundo**

Fonte: Felicella,Elizabeth, 2013. (Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design. Acesso em 29 de novembro de 2023).

As mulheres são capacitadas na criação de animais, assim como em técnicas de armazenamento e processamento de alimentos. Tais habilidades permitem-lhes liderar cooperativas de alimentos de maneira rentável.

Foi utilizada a a ideia de uma aldeia vernacular de Ruanda como princípio de organização: uma série de pavilhões em escala humana aglomerados para criar segurança e comunidade para mais de 300 mulheres.

O projeto fundamenta o apoio à infraestrutura social de Ruanda por meio de hospedagem destinadas aos doadores e organizações parceiras. Esses alojamentos estabelecem vínculos exclusivos entre as mulheres de Kayonza e patrocinadores de várias partes do mundo, ampliando, assim, o alcance social do centro por meio de uma rede global sustentável.

**Fig. 56 - Mulheres reunidas em uma das salas de aula**

Fonte: Felicella,Elizabeth, 2013. (Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design. Acesso em 29 de novembro de 2023).

### 5.4.3 Mercado de Agricultores de Xiafu

O projeto encontra-se situado na localidade de Xiafu, Diankou. O mercado foi construído pelo governo local em 2003, abrangendo uma extensão de cerca de 700m². O mercado constituía o ponto de partida diário para os habitantes, desempenhando um papel central nas atividades comerciais e sociais. Vale ressaltar que o mercado era o edifício público mais importante na localidade[12].

Contudo, a construção entregue em 2003 adotou uma metodologia que negligenciou as demandas da população. Diante das rápidas transformações econômicas, o mercado encontrava-se subutilizado pelos moradores. Os comerciantes por sua vez, optavam por posicionar suas bancas dretamente nas imediações da rua adjacente ao mercado.

Durante o processo de concepção do projeto, dois arquitetos estabeleceram residência temporária na vila, conduziram entrevistas e investigaram as necessidades funcionais dos habitantes em relação ao mercado, assim como a dinâmica social das aldeias e a utilização do espaço. Ao término dessa imersão, os arquitetos chegaram a elaboração de uma estratégia alinhada com tais percepções.

Foram realizadas duas alterações. A primeira, foi a modificação do padrão linear do telhado original, transformando-o em um teto dobrado (Fig. 57). Essa configuração proporciona uma forma não direcional no mercado. A barreira arquitetônica é dissolvida, e o mercado passa a convidar à entrada por qualquer direção. Além disso, o teto dobrado permite a entrada de luz pelas laterais dos beirais, melhorando a iluminação.

A segunda ocorreu no *layout* das bancas, ajustadas para configurar o espaço de vendas em um formato fechado em quadrado. Esse redesenho estabeleceu uma clara divisão entre as áreas dos vendedores e compradores. Dentro desse espaço delimitado, os produtos dos vendedores podem ser dispostos de maneira segura e organizada, enquanto o espaço destinado aos compradores oferece melhor circulação. Essa disposição proporciona aos vendedores uma sensação de controle e pertencimento ao espaço (Fig. 58), incentivando-os a manter a ordem interna. Como resultado, a responsabilidade do gerente do mercado se concentra principalmente na manutenção da área exterior das bancas fechadas.

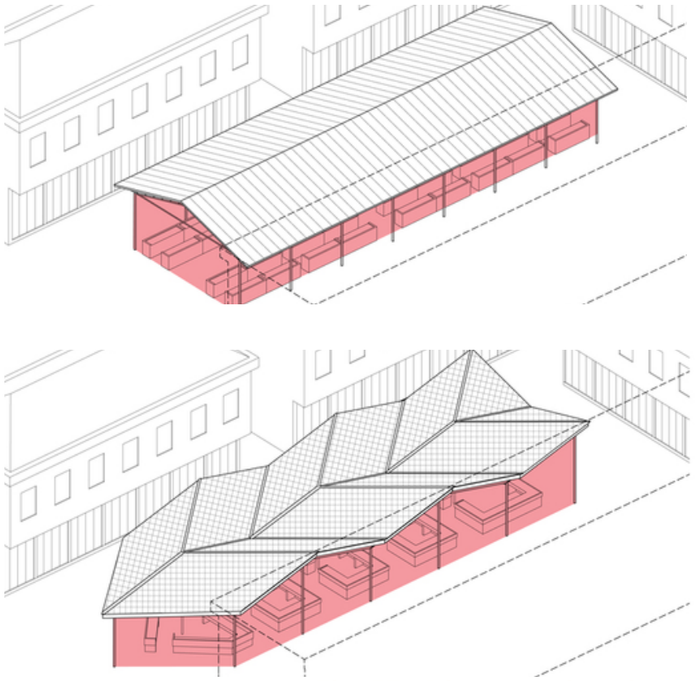


**Fig. 57 - Diagrama da coberta**

Fonte: Archdaily, 2018. (Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/915481/mercado-de-agricultores-de-xiafu-bengo-studio. Acesso em 29 de novembro de 2023).

**Fig. 58 - Mercado de Agricultores de Xiafu**

Fonte: Chen, Hao. 2018. (Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/915481/mercado-de-agricultores-de-xiafu-bengo-studio. Acesso em 29 de novembro de 2023).

[12]Fonte: Mercado de Agricultores de Xiafu / Bengo Studio [Xiafu Farmers' Market / Bengo Studio], 2019. **ArchDaily Brasil**. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/915481/mercado-de-agricultores-de-xiafu-bengo-studio. Acesso em 29 de novembro de 2023.

### 5.4.4 Considerações sobre os projetos abordados

A primeira constatação a partir dos projetos foram os impactos positivos da abordagem colaborativa, ao participação da comunidade. O envolvimento dos moradores não apenas enriqueceu o projeto com perspectivas locais e necessidades específicas, mas também fortaleceu os laços sociais e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Nos três exemplos, a participação ativa da comunidade na tomada de decisões, resultou em um projeto mais inclusivo, funcional e culturalmente sensível, refletindo as aspirações e identidade da comunidade de forma mais autêntica.

A proximidade dos projetistas com a comunidade permitiu os esclarecimento de necessidades que iam além da proposta inicial. Como no caso do Mutirão 50 onde foi decidido em conjunto que seria construído antes mesmo das casas, um pavilhão de trabalho para os moradores desenvolver habilidades e produtos para vender (Fig. 59). Ou no caso do Centro de Oportunidades para mulheres, onde foi incluído no projeto hospedagens para que doadores e parceiros possam se hospedar dentro da comunidade gerando maior aproximação e conexão.

No caso do Mercado de Agricultores de Xiafu, após uma imersão, morando temporariamente na comunidade, os arquitetos responsáveis pelo projeto chegaram à conclusão que apenas duas intervenções relativamente simples, seriam o suficiente para promoção da revalorização do mercado, mostrandoque nem sempre a situação requer uma reformulação completa do espaço ou dos usos.

Vale ressaltar também a escolha dos materias, sempre alinhados com que o que havia disponível na região. Escolha que garantiu não apenas a colaboração da comunidade, pela facilidade em manupular materiais já conhecidos, como a facilidade de manutenção no futuro, uma vez que os materiais são de fácil acesso e certamente será fácil encontrar pessoas dentro da própria comunidade que possa execurar os reparos.

As fontes das pesquisas não revelaram os desafios enfrentados durante o processo colaborativo e como foram superados, mas pode-se deduzir que a facilidade na comunicação e o trabalho conjunto foram de grande importância para superar as dificuldades e alcançar o objetivo comum.

Esses projetos são exemplos inspiradores de como a arquitetura participativa pode desempenhar um papel fundamental em comunidades de baixa renda. O resultado dessa abordagem colaborativa tente a gerar não apenas espaços físicos, mas também conexões sociais, senso de coletividade, meios para geração de oportunidades e melhora na qualidade de vida das pessoas envolvidas.

**Fig. 59 - Reunião dos mutirantes com a responsável da Unidade de Ação Comunitária da Prefeitura. As decisões mais importantes se tomavam por voto proclamados após debates coletivos.**
Fonte: Yves Cabannes [entre 1980 e 1990]. (Disponível em: https://rioonwatch.org.br/?p=63166. Acesso em 29 de novembro de 2023).

# 6. O PROJETO

## 6.1 Análise das dinâmicas urbanas

Sabendo que existe uma alta demanda por habitação em Maceió, que o bairro do Benedito Bentes possui ainda muitas áreas livres (Fig. 60 e 61) e não há fiscalização quanto à ocupação, é possível deduzir que a densidade populacional do bairro aumentará consideravelmente nos próximos anos. Aumenta-se,, consequentemente, a demanda por espaços de comércio, o que pode gerar desde uma superlotação na feira livre do Benedito Bentes, até o retorno de feirantes, ao longo de vias importantes, como a própria Av. Benedito Bentes, ou ainda, a criação de novas feiras, fruto de novas ocupações em áreas livres.

**Fig. 60 - Mapa cheios e vazios 2019**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

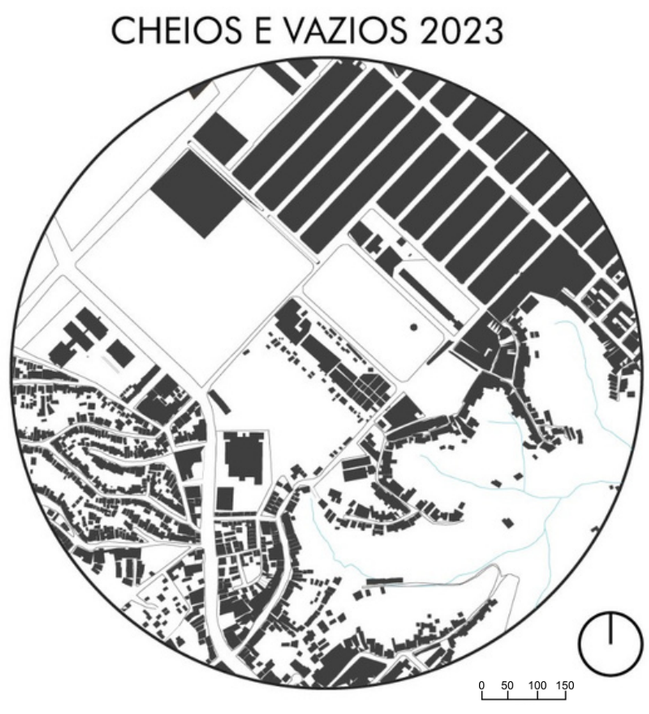



**Fig. 61 - Mapa cheios e vazios 2023**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

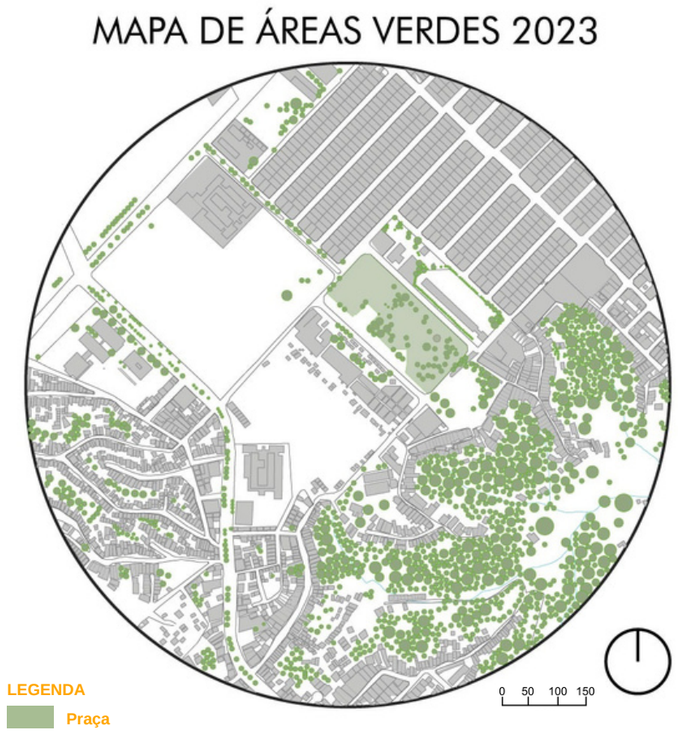



**Fig. 62 - Mapa de áreas verdes 2023**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para a análise das dinâmicas urbanas, foi definida uma área com raio de 500m no entorno da feira, ou seja, o recorte adotado representa uma área de 1km, que a pé pode ser percorrida em cerca de 15 minutos, o que, segundo a teoria da cidade de 15 min[10], seria o ideal para garantir qualidade de vida para os moradores. A base cartográfica utilizada a princípio, foi a base oficial da cidade cedida pela prefeitura, contundo, ao transitar pelo bairro, é visível o quanto a base elaborada em 2019 não correspode à realidade atual. Assim, foi elaborada pela autora a atualização do recorte estudado com base no mapa de 2023 disponível no Google Maps.

Ao comparar os mapas de cheios e vazios em 2019 (Fig. 60) e 2023 (Fig. 61), é possível perceber o rápido adensamento do bairro. Em um periódo de 4 anos, é notável o aumento significativo da ocupação residencial, principalmente em aréas de grota, onde não há fiscalização. A partir do mapa de áreas verdes (Fig. 62) percebe-se que a maior parte da cobertura vegetal da área de estudo está presente nas áreas de grota, que está cada vez mais sendo ocupada, como mostraram os mapas de cheios e vazios. O mapa também demonstra que há apenas uma praça no recorte urbano estudado.

[10]Cidade de 15 Minutos, é um conceito de planejamento urbano inspirado pelo pensamento da escritora e ativista Jane Jacobs, de que os espaços urbanos para serem vivos precisam aproximar diferentes funções, desde assistência médica, educação, trabalho, até supermercados e espaços verdes e serem convidativos para que as pessoas utilizem as ruas. O objetivo é tornar as cidades mais habitáveis e conectadas, com menos uso de carros particulares – o que significa ar mais limpo, ruas mais verdes e níveis mais baixos de poluição.

Ao analisar os mapas de uso e ocupação do solo é possível perceber que o uso na área estudada é predominantemente residencial, com presença muito forte de edificações de uso comercial e misto nas principais vias que estão no entorno da feira, assim como muitos equipamentos urbanos (Fig. 63). Ao comparar os mapas de 2019 (Fig. 64) e 2023 (Fig. 65), nota-se que, com o aumento no adensamento do bairro, houve também um aumento na quantidade de edificações de uso comercial e misto.

Essa abordagem de uso misto tem diversas implicações e benefícios para a comunidade e o ambiente urbano, como por exemplo:

-**Diversificação de atividades:** proporciona um ambiente dinâmico onde as pessoas podem viver, trabalhar e se divertir em um mesmo local, reduzindo a necessidade deslocamento.

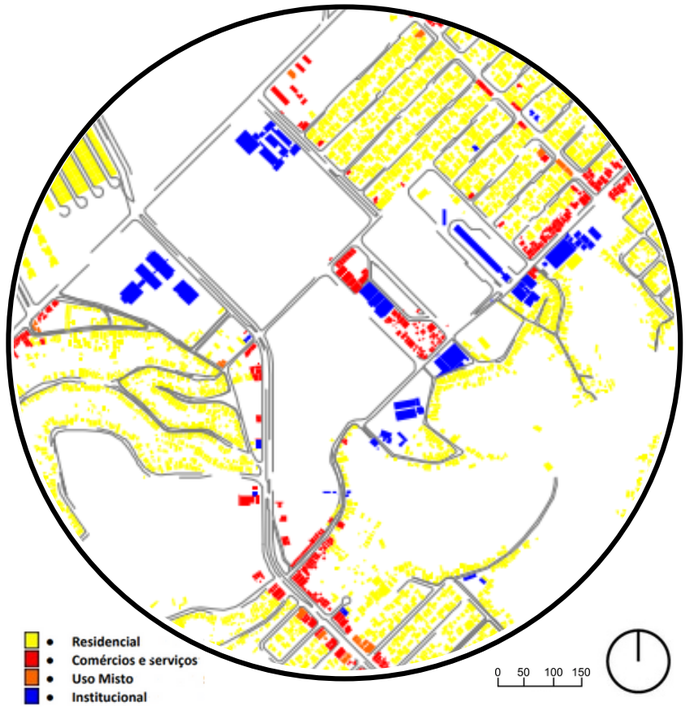



Fig. 64 - Mapa uso e ocupação do solo 2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

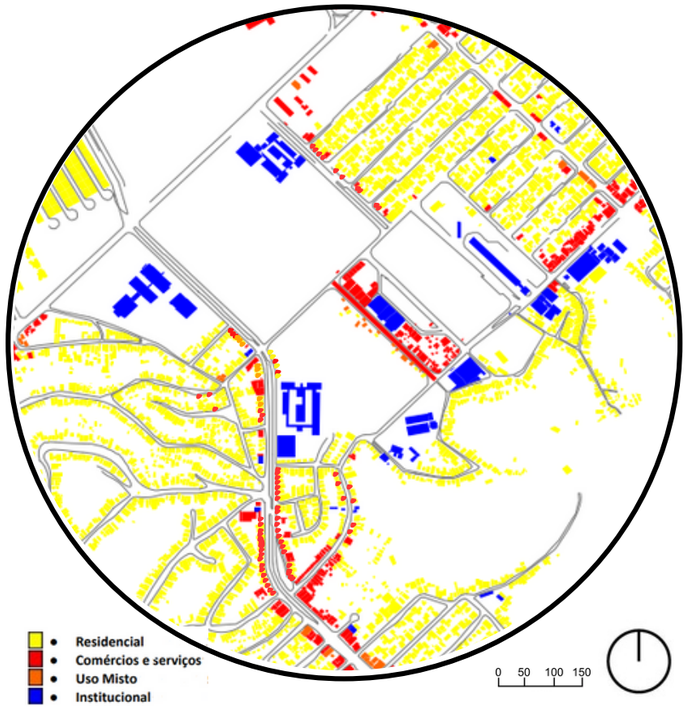



Fig. 65- Mapa uso e ocupação do solo 2023

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

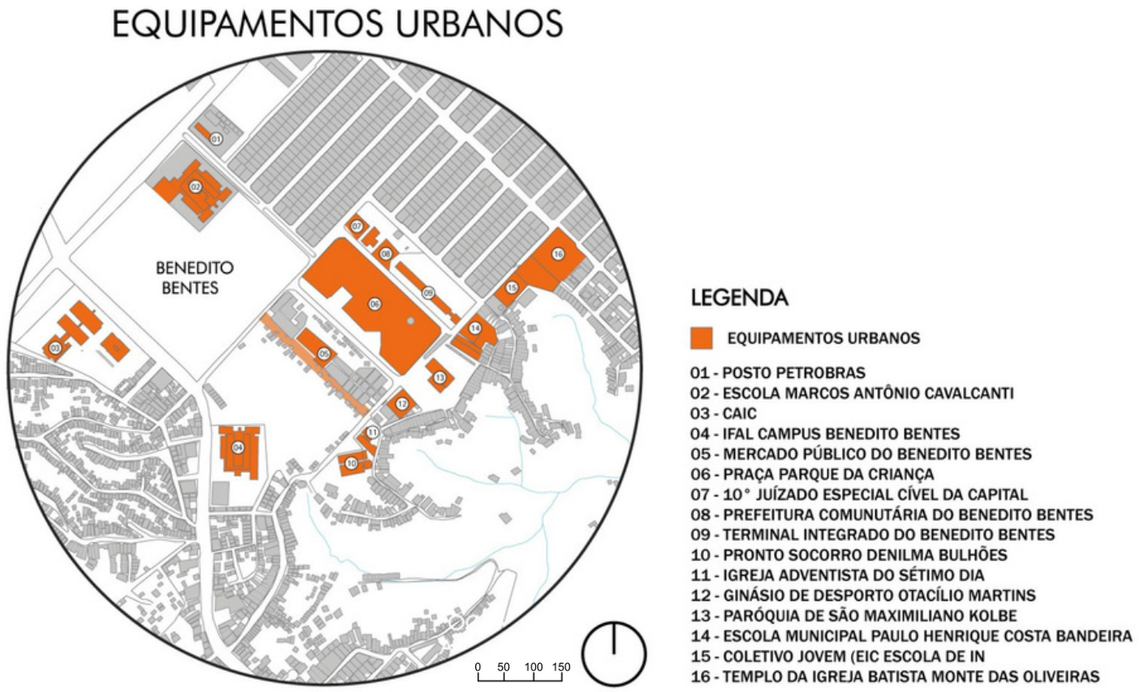



Fig. 63 - Mapa de equipamentos urbanos 2023

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

-**Aumento da vitalidade urbana:** a presença de diferentes atividades atrai pessoas para a região, aumentando a atividade e a vitalidade das ruas e espaços públicos.

**-Eficiência no uso do espaço:** aproveita melhor a área disponível, especialmente em áreas urbanas densas, maximizando o potencial de um único terreno.

**-Promoção da interação social**: proporciona oportunidades para interações entre pessoas de diferentes contextos, estimulando um ambiente de comunidade.

**-Estímulo à economia local:** com uma diversidade de comércios, serviços e residências, gera-se um ecossistema econômico mais robusto, beneficiando a economia local.

A presença de edificações de uso misto e importantes equipamentos urbanos cria espaços públicos mais inclusivos e funcionais, promovendo uma maior integração e diversidade de atividades na área estudada.

## 6.2 Metodologia projetual

A metodologia consistiu na realização de uma pesquisa de campo prévia à etapa de projeto, a fim de levantar maiores informações sobre o território e, sobretudo, diagnosticar as demandas dos comerciantes. Nesse sentido, foram aplicados instrumentos de coleta de dados primários e secundários e de reconhecimento da área in loco. Esse levantamento foi aplicado conforme as etapas descritas abaixo:

**Realização de pesquisa qualitativa sobre a percepção dos feirantes acerca das condições de trabalho na feira: a fim de realizar um levantamento situacional junto à comunidade de trabalhadores, considerando aspectos relevantes como: a história de criação da feira, carências e potencialidades identificadas, serviços e equipamentos públicos utilizados.**

**Levantamento de informações em base de dados secundárias: foi realizado o levantamento da história do bairro, análise das restrições urbanísticas e ambientais da área, pesquisa de campo acerca dos equipamentos urbanos (existentes e previstos a partir da demanda da comunidade), levantamento da infraestrutura física e tipologia das bancas e levantamento de bons exemplos projetuais.**

**Desenvolvimento com a participação da população de diretrizes projetuais ilustradas: fruto dos diálogos realizados com os feirantes, usuários da feira, moradores da ocupação habitacional e levantamentos fotográficos. Esses dados foram fundamentais para a elaboração da análise e diagnóstico da área em estudo.**

As conversas com os feirantes e frequentadores da feira aconteceram ao longo das visitas ao local, que duraram em torno de cinco meses (Fig. 66). As visitas à feira possibilitam compreender a dinâmica do espaço, suas necessidades e demandas. Essa interação direta com os atores locais ofereceu *insights* valiosos sobre o funcionamento da feira, os desafios enfrentados pelos comerciantes e o papel social e econômico desempenhado por esse espaço.

Os levantamentos fotográficos foram igualmente relevantes, pois proporcionam uma percepção visual da área e auxiliam na identificação de aspectos físicos, paisagísticos e arquitetônicos que podem ser incorporados na análise e no processo projetual.

Uma das primeiras ações foi entender do ponto de

**Fig. 66 - Conversas com feirantes e frequentadores da feira**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 67 - Conversa com o presidente da comissão dos feirantes**
Fonte: A autora, 2023.

vista do Presidente da Comissão dos feirantes (Fig. 67), como funcionam os fluxos de pessoas na feira, áreas de maior transitoriedade e aglomeração, áreas de permanência (e a falta delas), assim como pontos chaves do funcionamento da feira.

Foram realizadas algumas visitas a fim de discutir estratégias projetuais com o presidente (Fig. 68) e demais trabalhadores que se interessavam em participar (Fig. 69). As conversas acontecerem de maneira informal, durante o horário de trabalho dos feirantes, no espaço da feira.

A partir das informações obtidas, foi desenvolvida uma proposta de modelo de banca que abrangia dois tipos: a banca tipo 1, para comercializar frutas e verduras, a banca tipo 2 para comercializar os demais produtos vendidos na feira, e ainda boxes para lanchonetes. Foi desenvolvida também uma proposta de *layout*, a fim de organizar o espaço, e uma proposta de coberta para substituir as tendas (Fig. 70).

**Fig. 68 - Discussão sobre o projeto com o presidente da comissão dos feirantes**
Fonte: A autora, 2023.

Com base nos dados coletados e na análise realizada, foi possível efetuar o diagnóstico da área, identificando os principais problemas e potencialidades presentes. Essa etapa foi crucial para compreender os desafios enfrentados pela comunidade local e as oportunidades para promover melhorias significativas.

Os resultados do diagnóstico, por sua vez, serviram como base para a definição das diretrizes do projeto. Essas diretrizes estabeleceram os princípios orientadores e os objetivos que nortearam um exemplo de proposta projetual, visando refletir as necessidades e aspirações da comunidade, bem como contemplar questões de sustentabilidade, inclusão social e preservação do

**Fig. 69 - Discussão sobre o projeto com feirantes**
Fonte: A autora, 2023.

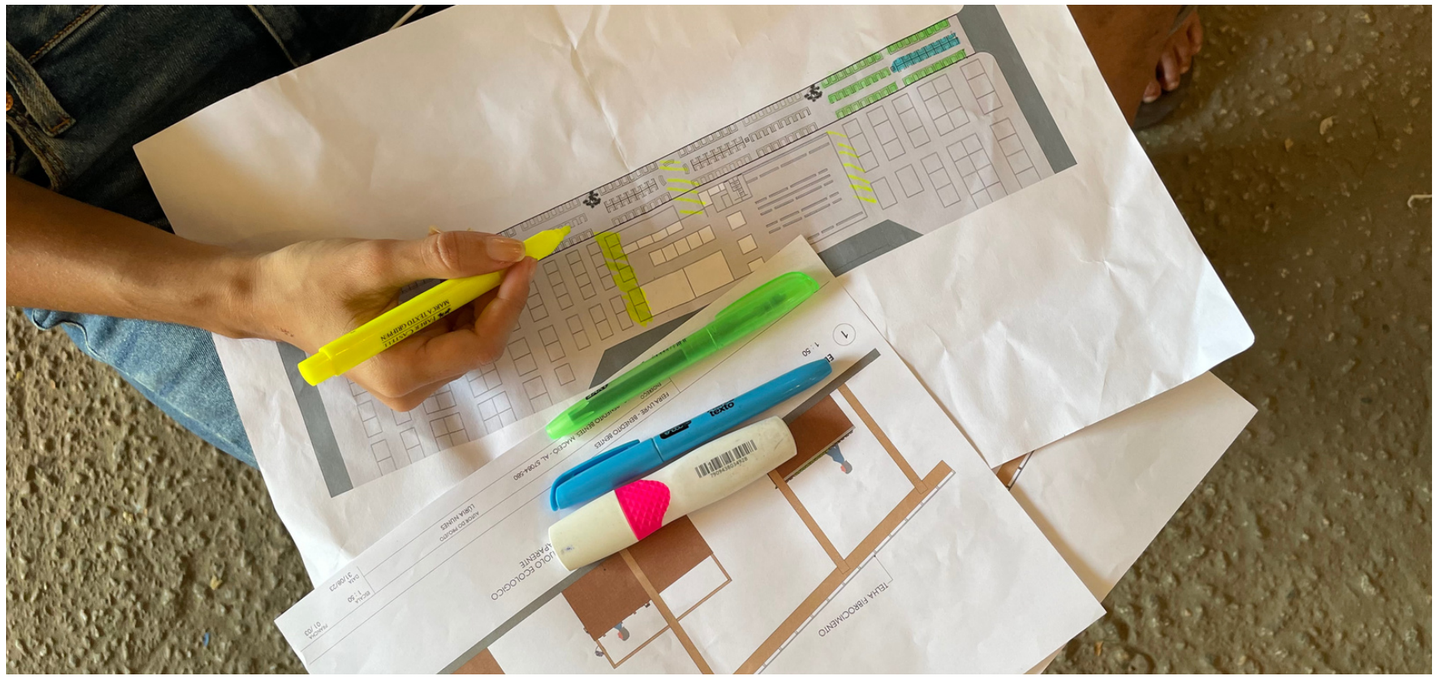


**Fig. 70 - Alterações na proposta seguindo as sugestões dos feirantes**
Fonte: A autora, 2023.

patrimônio cultural.

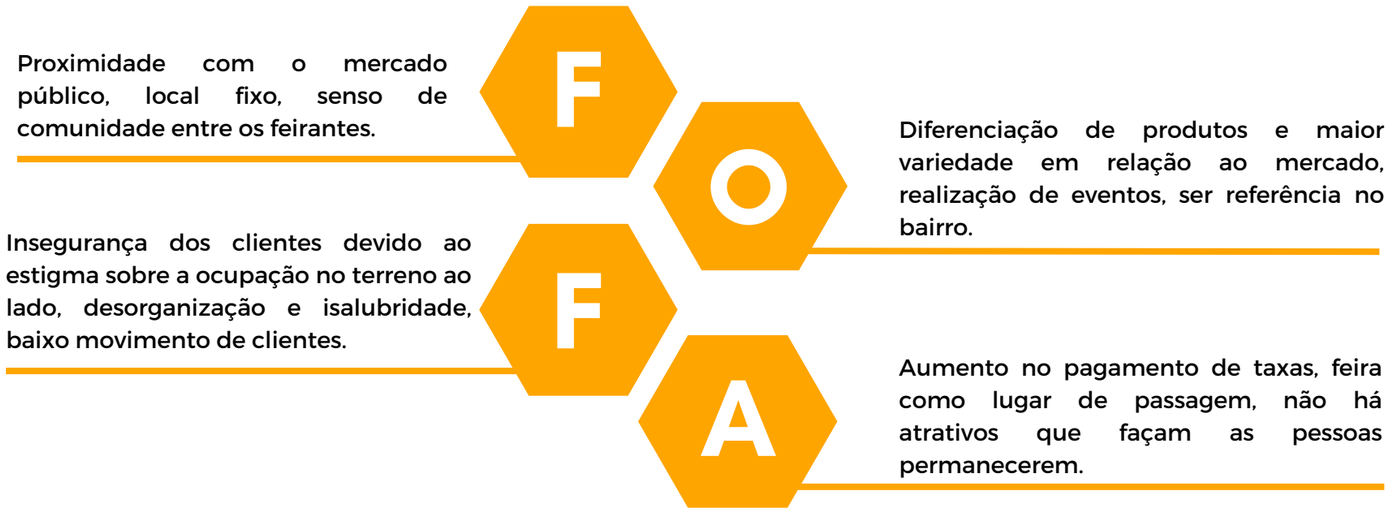
Uma ferramenta que ajudou a lidar com as informações levantadas foi a análise FOFA. Uma análise FOFA é uma ferramenta de gestão que serve para fazer o planejamento estratégico de empresas e novos projetos. A sigla FOFA é uma tradução para a sigla inglesa *SWOT,* que significa *strenghts* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças).

A partir das discussões e análise dos dados coletados, alguns pontos foram colocados como primordiais e serviram como diretrizes para o projeto:

***01.Manter a característica heterogênea da feira***
***02.Organizar os usos no espaço***
***03.Bancas resistentes e padronizadas***
***04.Criar espaços de permanência***

Vale ressaltar que as diretrizes não têm a pretensão de serem completas ou limitadas, não seguem uma ordem específica ou categorização, mas refletem as aspirações da autora e dos feirantes, ou seja, a concepção de como uma proposta de projeto para a feira livre do Benedito Bentes deveria ser.

Uma vez que o estudo da primeira proposta foi finalizado, as ideias foram apresentadas aos integrantes da associação dos feirantes em uma reunião, na qual foram feitas sugestões de alterações. A reunião ocorreu na sede da Prefeitura Comunitária e contou com a presença do Presidente da Comissão, alguns feirantes, Prefeito Comunitário, um grupo de advogadas que estão trabalhando junto à Comissão para oficializar a Associação e representantes de uma empresa interessada em desenvolver um projeto de vendas *on-line* para os trabalhadores da feira (Fig. 71).




Assim, essa parte do trabalho constituiu um importante embasamento para a concepção de diretrizes ilustradas através de uma proposta projetual, alinhada com a realidade e com os anseios das pessoas envolvidas na área estudada.

**Fig. 71 - Reunião para apresentar o projeto aos integrantes da associação de feirantes e parceiros**
Fonte: A autora, 2023.

## 6.3 Conceito/Abordagem/ Concepção

***01. Lembrar da história***

A atmosfera das feiras se assemelha a uma circulação caracterizada pela proximidade, semelhante às ruas estreitas das cidades medievais. Apesar de sinais de publicidade, a persuasão é norteada pela visão e pelos aromas das mercadorias (Fig. 72). Toda a estrutura física é resultado da autocostrução, dos materiais disponíveis e das habilidades dos feirantes. É um espaço onde é possível encontrar artesãos e produtores que são herdeiros de técnicas e saberes transmitidos ao longo de gerações, preservando a produção artesanal de itens como rendas, cerâmicas e objetos decorativos, o que torna a experiência ainda mais autêntica.

***02. Comprar e conviver***

Para esses espaços de troca, além da divisão espacial, as normas sanitárias, a formalização dos serviços e o controle são questões presentes. A configuração das feiras, frequentemente apresentam labirintos informais, característicos das cidades medievais, que lembram os padrões de planejamento urbano renascentista. Ao mesmo tempo, por estarem inseridas em um contexto urbano, às margens de ruas e avenidas que delineiam quadras, também se incorporam a ideia de um "traçado regulador", típico do movimento moderno. Esses desenhos coexistem e ocupam o mesmo espaço. Está tudo lá: a visão, os aromas, as vitrines, os letreiros, os cartazes e as tendas tensionadas. Assim, seria viável manter a natureza heterogênea da feira ao mesmo tempo em que se implementa uma padronização e organização esperadas em um ambiente legalizado?

***03. Pertencimento e identidade***

A transferência da feira livre da Av. Benedito Bentes para a Rua Caxeu, associada à promessa de bancas padronizadas, trata-se de uma tentativa de uso da arquitetura como processo de domesticação. Os usos diários e públicos do espaço, decorrentes dos processos de gentrificação (pelo qual há muito tempo passam as cidades, acontece também com os espaços de troca tradicionais), são responsáveis por criar locais que moldam os espaços urbanos, a medida que os torna áreas de conflitos práticos e simbólicos relacionados ao direito de existir na cidade, de ocupar seus espaços e de se sentir pertencente, de ter uma identidade e um lugar na cidade. Dessa forma, como imprimir através da arquitetura, identificação e senso de pertencimento dentro de um espaço regulado?

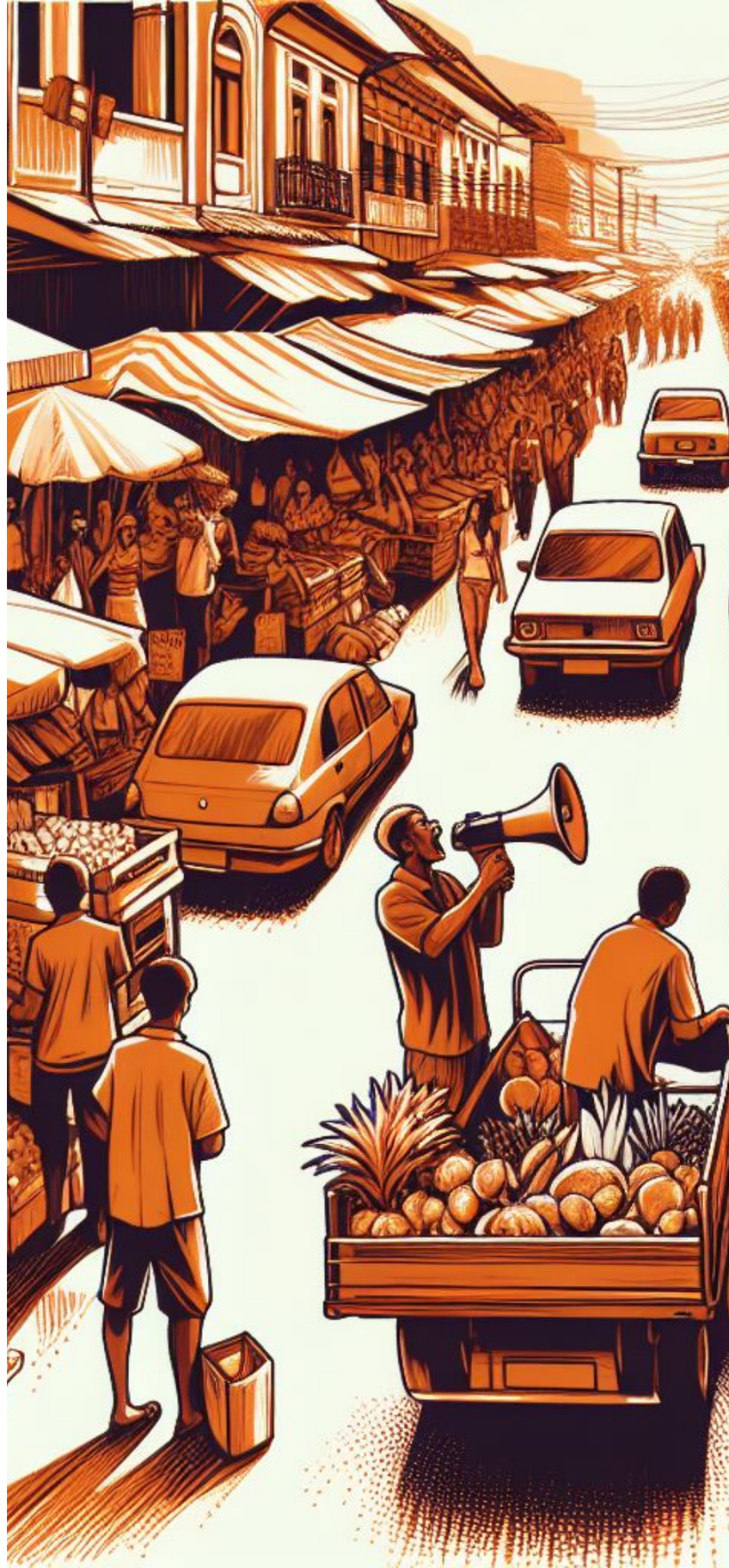


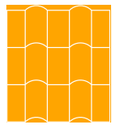
**Fig. 72 - Representação de uma feira livre**
Fonte: Imagem gerada por Inteligência Artificial.

## 6.4 Diretrizes ilustradas através de uma proposta projetual

Ao contrário do que comumente se esperaria de um projeto de espaço público, haja visto, estruturas metálicas, materias e técnicas mais baratos possíveis, a estrutura proposta aqui visa trazer uma abordagem diferente. Tem-se em mente o que Murilo Cavalcanti[13] sempre reforça ao falar dos espaços públicos no Brasil, e como o país insiste em permanecer com a prática do fazer projeto pobre para quem é pobre.

Assim, a fim de quebrar essa lógica segregacionista, a proposta buscou focar em materiais de qualidade, (estética e funcional), sustentáveis e coerentes com o contexto local. Os principais materiais são: madeira, tijolo ecológico e telha canal.

Trata-se de uma arquitetura simples e duradoura, concebida não apenas para efeitos estéticos imediatos, mas sim como um investimento comercial de valorização a longo prazo, para ser reconhecido por sua beleza e durabilidade. Fundamentada em conceitos de *placemaking*, tais como: a criação de uma escala direcionada para pedestres; o reforço da forma urbana circundante, incluindo melhorias específicas para aprimorar o conforto e a experiência dos usuários; a adoção de um estilo estético simples e discreto que harmoniza com outras estruturas na área, a fim de facilitar a identificação; e o design interior que promove um ambiente de trabalho fresco e saudável para os ocupantes (Fig. 73).



***01. Lembrar da história***

A telha canal é conhecida por sua resistência e durabilidade, facilidade de instalar e manter, ajudar a regular a temperatura interna, sustentabilidade e valor estético e tradicional.

***02. Comprar e conviver***

O tijolo ecológico é fabricado com materiais naturais como argila e até resíduos de construção, reduzindo a necessidade de extração de recursos naturais, resultando em menor emissão de gases de efeito estufa.

***03. Pertencimento e identidade***

A presença da madeira proporciona sensações sensoriais como o aroma característico, a textura tátil e estímulos visuais que contribuem para um ambiente interno mais natural e saudável.

**Fig. 73 - Fachada proposta para a nova feira do Benedito Bentes**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

[13]Secretário de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife e diretor da Rede Centro Comunitário da Paz (Compaz).

A proposta de estrutura para a coberta é uma releitura do telhado colonial, massivamente presente nas construções do bairro. A estutura é composta por pórticos em concreto, dispostos paralelamente ao longo da via. O uso do concreto se deu tendo em vista o custo-benefício, pois além de ser um material resistente e de fácil acesso, permitiu eliminar a necessidade de pilares intermediários, resultando em um grande vão livre, que maximizou o espaço utilizável, oferecendo maior flexibilidade para layout e ocupação (Fig. 74).

Para o fechamento entre um pórtico e outro foi utilizada a técnica de cobertura em ripão (Fig. 75), um tipo de madeiramento que não utiliza ripas, apenas linhas e ripão (um tipo de ripa mais robusta). Este tipo de madeiramento além de economizar material, contribui para uma estética diferenciada do telhado com madeiramento comum (Fig. 76).

A telha canal completa o sistema de coberta, conferindo praticidade, conforto térmico e identificação. Vale ressaltar ainda, que ao longo da coberta foram criados recortes no fechamento a fim de facilitar a entrada de ventilação e iluminação natural, nos quais foram inseridas vegetação, que além de embelezar o ambiente podem criar um microclima e assim ajudar a regular a temperatura, melhorar a qualidade do ar, facilitar a drenagem de água pluviais e incentivar a interação social quando associadas a áreas de permanência, fortalecendo o senso de comunidade dos usuários da feira.

**Fig. 74 - Recorte da proposta de coberta**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 75 - Vista superior da coberta proposta**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 76 - Vista interior da proposta**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As bancas propostas são padronizadas (Fig. 77) em dimensões e materiais, a fim de criar uma arquitetura legível e contribuir para uma experiência mais agradável e confortável para os usuários, ao reduzir a confusão visual e facilitar a interação com o ambiente construído.

O material escolhido para a construção das bancas foi o tijolo ecológico, uma alternativa inovadora e sustentável, composto por uma mistura homogênea de solo, um pequeno percentual de cimento e água. Além da estética tradicional, o uso do tijolo ecológico atende aos critérios do desenvolvimento sustentável pois contribui para a redução de emissão de $CO^2$, a redução de resíduos na obra, além de poder reduzir os custos finais da alvenaria da edificação em até 40%, devido ao seu padrão estético e sistema de encaixe.

A estrutura de tijolo ecológico é arrematada por bancadas e prateleiras em concreto. A escolha do concreto foi definida junto aos feirantes por ser um material durável e resistente, capaz de comportar os mais diversos tipos de produtos, além da facilidade de higienização. Assim como nas bancadas, a utilização do concreto nos pórticos que estruturam a coberta, possibilitou a proposta de instalação de caixas d'água ao longo da feira.

Tendo em vista a manutenção da qualidade dos produtos comercializados na feira, dentro dos critérios de salubridade exigidos e a limpeza do local, foram propostas caixas d'água ao longo de toda a extensão da feira (Fig. 78). A intenção é criar lavatórios em pontos estratégicos a fim de permitir que os vendedores e clientes higienizem as mãos, e para os vendedores que preparam alimentos frescos, permite-se a lavagem de frutas, legumes e outros produtos. A instalação de pontos de lavatórios é indispensável para promover a higiene, a segurança alimentar e o conforto dos frequentadores, além de serem essenciais para a conformidade com regulamentações e para a credibilidade dos vendedores.

**Fig. 77 - Bancas propostas**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 78 - Caixa d'água**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

## 6.4.1 Disposição dos usos

Uma feira livre funciona como um micro-urbanismo, onde é possível perceber adaptações das dinâmicas urbanas comuns, como por exemplo, identificar ruas principais e secundárias, além de distinções entre centros e periferias, características típicas das dicotomias urbanas, também é possivel encontrar distinções claras de demarcação entre o que é público e privado (Fig. 79).

Atualmente, não existe uma organização setorial com relação às atividades dos feirantes. Cada trabalhador montou sua banca no espaço que lhe foi cedido aleatoriamente pela Prefeitura. Embora reconheçam e apreciem o carater heterogêneo e informal da feira, tanto os trabalhadores quanto os usuários, sentem falta de uma organização de usos, além da demanda de criação de alguns espaços, cuja disposição atual não consegue atender.

A nova disposição propõe um layout dinâmico (Fig.83), que substitui os corredores lineares, por um corredor central único, largo o suficiente para acomodar clientes com sacolas ou crianças, ambulantes com carrinhos e caixotes, além de permitir o trânsito de um carro ou ambulância, se necessário. O novo layout garante organização e conforto para a feira, e ainda mantém o caráter de rua, permitindo o acesso de veículos para os moradores da ocupação. Assim, o bairro pode ganhar uma feira sem necessariamente, perder uma rua.

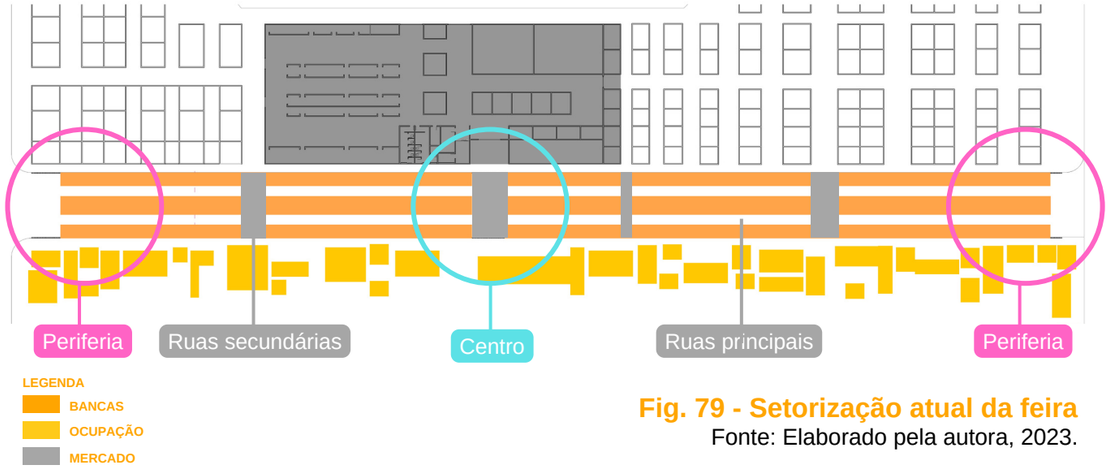



**Fig. 79 - Setorização atual da feira**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

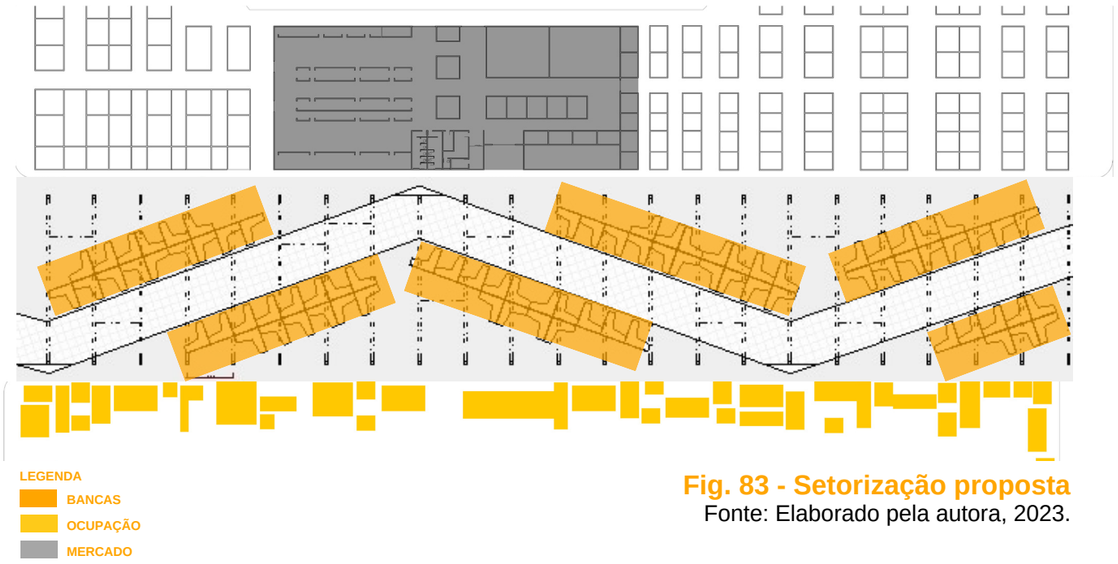



**Fig. 83 - Setorização proposta**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 80 - Corredores principal e transversal**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 81 - Bancas atuais**
Fonte: A autora, 2023.

**Fig. 82 - Área periférica da feira**
Fonte: A autora, 2023.

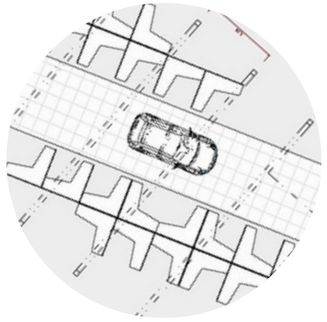


**Fig. 84 - Corredor proposto**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 85 - Banca proposta**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 86 - Entrada proposta para a feira**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

**Fig. 87 - Planta baixa proposta**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O layout formado por corredores lineares foi substituído por um único corredor central que serpenteia toda a extensão da feira (Fig. 87). A proposta do novo layout visa proporcionar um local com variedade de usos, incentivando a implantação de ocupações de diferentes tipos, formas e características, o que atrai variedade de pessoas, em diferentes períodos, por razões diversas.

Essa mistura de atividades, formas e pessoas, permite que sejam atribuídos ao lugar uma ampla gama de significados. O novo layout equilibra áreas construídas (bancas) e áreas vazias, assim, a proposta pretende garantir a capacidade de abrigar múltiplos usos e atividades, à medida que o espaço não é muito compartimentado, para abrigar atividades específicas. E assim, mantém-se a organização e ao mesmo temo, a heterogeneidade que uma feira deve ter.

**Fig.88 - Planta de cobertaa**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Alguns destes espaços vazios, além de comportar diferentes tipo de usos, também são ajardinados (Fig. 88), e quando associados ao mobiliário urbano como bancos, criam espaços de lazer para a população e de permanência para a feira (Fig. 89). Sob essa perspectiva, a população do entorno ganha novos espaços de socialização, ao passo que a feira se torna mais atrativa para os clientes que podem se demorar mais, desconstruindo a visão da feira como local de passagem.

Ambientes com vegetação oferecem estímulos sensoriais positivos, podem reduzir o estresse, aumentar a produtividade além de tornar os espaços mais atraentes e convidativos.

**Fig. 89 - Vista interna da feira**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Assim como no interior da feira, a vegetação também foi usada nas intersecções da rua Caxeu com as ruas adjacentes. A fim de corresponder às diretrizes a respeito da padronização das bancas mas mantendo a preservação do caráter misto e heterogêneo de uma feira livre, a estrutura da coberta foi recuada para reservar um espaço aberto, livre para acomodar os mais diferentes usos, através da utilização de estruturas móveis. A vegetação aqui foi utilizada tanto para fins estéticos, quanto para inibir a construção de estruturas fixas (Fig. 90).

**Fig. 90 - Área descoberta no acesso à feira**
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A proposta para esse espaço é o incentivo ao uso de mobiliários móveis (Fig. 91) e estruturas alternativas como *trailers* (Fig. 92) para os trabalhadores que não são fixos na feira, assim como negócios temporários, divulgações, ambulantes e demais atividades que não necessariamente precisam estar relacionadas à comercialização de produtos alimentícios e que podem funcionar em horários alternativos aos de funcionamento da feira.

**Fig. 91 - Banca dobrável**
Fonte: Pinterest, 2023. (Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/622270873528573743/. Acesso em: 29 de novembro de 2023).

**Fig. 92 - Lanchonete em trailer**
Fonte: Pinterest, 2023. (Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/622270873528573743/. Acesso em: 29 de novembro de 2023).

## 6.5 Reflexões acerca das diretrizes ilustradas

O projeto arquitetônico apresentado nesta proposta é apenas umas das possibilidades de projeto para melhoria da Feira Livre do Benedito Bentes. A proposta deste TFG é que a partir das diretrizes projetuais descritas, fruto dos levantamentos, análises e diagnóstico construído com a participação da comunidade, outras propostas possam surgir, desde que estejam alinhadas e coerentes com as diretrizes.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a proposta de melhoria no espaço da feira surgiu de uma demanda dos moradores da ocupação, que por sua vez, também são trabalhores da feira, que encontraram nesse espaço uma oportunidade de geração de renda. Melhorar a infraestrutura da feira, siginifica melhorar diretamente a qualidade de vida de diversas pessoas, seja através da geração de renda para os trabalhadores, da criação de um espaço público de convívio, da manutenção de manifestações culturais, do fortalecimento no senso de pertencimento dos moradores, entre outros aspectos.

Quando realizada em conjunto com a comunidade (Fig. 93), a avaliação da situação, permite a identificação dos aspectos que apresentam maior demanda por melhorias, ou seja, estabelece um grau de importância aos componentes em estudo que permite sua priorização. Tendo em vista quais são as prioridades, pode-se definir estratégias que procurem atenuar as deficiências e valorizar as potencialidades da área em estudo.

Assim, durante o desenvolvimento desse processo junto aos trabalhadores da feira livre do Benedito Bentes, foi possível concluir que independentemente das escolhas estéticas ou variações no layout, entender que as diretrizes estabelecidas para o projeto, por terem sido criadas a partir de um processo participativo, representam mais do que um programa de necessidades, fornecem um quadro de referências para o desenvolvimento do projeto, ajudando a alinhar as expectativas de todos os envolvidos, garantindo a consistência e coerência na concepção da obra.

Dessa forma, como citado anteriormente, uma vez que o estudo da primeira proposta de projeto desenvolvida pela autora, a partir das diretrizes dispostas neste trabalho, foi finalizado, as ideias foram apresentadas aos integrantes da associação dos feirantes em uma reunião, na qual foram feitas sugestões de alterações.

A ideia era que uma vez concluído o projeto, uma reunião seria marcada para apresentar a proposta para todos os feirantes, usuários da feira e moradores, a fim de obter uma opinião geral sobre o projeto de melhoria da feira, para que assim, pudesse ser encaminhado à Prefeitura para discussão e possível execução da obra.

Contudo, a notícia de que o mercado será demolido para a construção de um novo prédio, desviou o foco dos feirantes da proposta de melhoria da feira, visto que, no momento, a maior preocupação tornou-se uma possível realocação da feira para outro local, a fim de que a demolição e consequentemente a obra do novo mercado, seja realizada.

Portanto, as articulações com respeito a esta proposta de melhoria da feira encontram-se em espera, até que haja um esclarecimento sobre a sua situação em relação à construção do novo mercado.

Apesar do imprevisto, a versão final da proposta, discorrida neste trabalho, foi apresentada ao presidente da comissão dos feirantes e será usada como ferramenta na busca dessa comunidade de trabalhadores pelos seus direitos, em prol de condições dignas de trabalho e permanência na cidade, através da melhoria no espaço da feira.

**Fig. 93 - Conversas com feirantes**
Fonte: A autora, 2023.

# 7. CONCLUSÃO

Além de buscar entender as dinâmicas sociais a partir de características territoriais, levar em consideração a relação morar-trabalhar, pode contribuir não só para o desenvolvimento de melhores projetos arquitetônicos, com impactos pontuais em determinadas comunidades, mas também para projetos com impactos em maior escala, como na criação de políticas públicas mais eficazes, que visam diminuir a desigualdade social.

Entender a relação entre morar e trabalhar, pode abrir caminhos para ampliar as discussões sobre segregação socioespacial, pois como Maricato sempre reforça em seus textos, é preciso entender porque o papel da aquisição da terra, do processo de urbanização e da industrialização é tão importante, no processo de compreensão da forma de organização do território (Maricato, 1996).

Um dos maiores problemas no atual sistema de políticas públicas habitacionais no Brasil, é visar apenas resolver o problema da moradia, não de cidade, com ações que se limitam a construir conjuntos habitacionais em larga escala, em regiões de periferia onde os terrenos são mais baratos. Estabelecendo, desse modo um sistema que, em alguns casos, pode até resolver a questão da moradia, dando às pessoas um lugar para morar, mas gera outros problemas de segregação e baixo acesso a serviços de necessidade básica, visto que o custo para investir em infraestrutura é muito alto.

Este cenário revela como até hoje o colonialismo é um elemento fortemente enraizado na construção das cidades brasileiras. Percebe-se constantemente como o mercado financeiro e imobiliário, agentes de maior influência sobre as transformações das cidades dentro do contexto neoliberal, atuam sob a lógica da colonialidade, impondo novos usos, valores e dinâmicas em diversas áreas das cidades em prol de benefícios próprios visando a geração de lucros.

Já o Estado, que por sua vez deveria atuar para garantir os direitos básicos à população, e consequentemete diminuir a segregação social, por vezes, acaba atuando como agente influenciador e produtor da segregação.

A influência do Estado é fundamental na autorização ou proibição da segregação, pois, em qualquer sociedade onde existe segregação, esta se manifestará com a aprovação implícita, quando não explícita, por parte das políticas e ações do Estado.

O estudo do caso da ocupação do bairro, e criação da feira livre do Benedito Bentes, confirmou que construir um conjunto dotado de casas e alguns equipamentos públicos básicos em áreas periféricas, não é o suficiente para garatir moradia digna e qualidade de vida. Quando a infraestrutura básica e os meios para garantir a permanência das pessoas em centros urbanos, não é oferecida pelo Estado, os moradores se veem obrigados a desenvolver, através dos seus próprios meios, os

**Banca de especiarias no Benedito Bentes**
Fonte: A autora, 2023.

mecanismos necessários para permanecer. Ou seja, precisam construir o direito à cidade que lhes foi negado, através do próprio trabalho.

Por isso, torna-se fundamental trazer à tona a relevância dos conflitos, visto que é através destes que a cidade pulsa. É nessa esfera, de disputa e de conflito, que a cidade se constrói e se transforma. Estamos vivendo constantemente uma disputa pela cidade. No Brasil, muitas vezes é apenas por meio dos conflitos que se garante o direito à moradia, ao trabalho, ao lazer, ou se reafirma uma lógica de negação desse direito, através de uma ideia absoluta do direito à propriedade, que diga-se de passagem, não é constitucional.

Por este motivo, é necessário pensar sistematicamente uma lógica diferente de sistema, diante da falência do sistema neoliberal, que se mostra cada vez mais como um sistema de morte, como quando, por exemplo, se utiliza do conceito de revitalização para transformar uma determinada área, trazendo infraestrutura, novos tipos de uso e consequentemente agregando valor financeiro à terra, através da anulação, ou “matando” por assim dizer, a forma de ocupação e cultura que já existia ali, forçando um processo de gentrificação e a migração de diversas pessoas para áreas periféricas da cidade.

A partir do resultado da proposta desenvolvida neste trabalho, foi possível constatar que trazer a população para o centro da questão, oferecendo não apenas um lugar passivo para solicitar demandas do poder público, mas dando também voz e espaço para partici-par do desenvolvimento dos projetos públicos e consequentemente, da construção da cidade, é o melhor atalho para diminuir, aos poucos, o grande caminho que ainda temos que percorrer a fim de superar a segregação social.

A mudança no objeto de estudo deste TFG, mostrou como o trabalho, em outras palavras, a fonte de renda tende a ser subjulgada quando se discute o diireito à cidade. Apesar do grande defciti habitacional que existe atualemnte no Brasil, a moradia O trabalho expos que é preciso exergar além de propostas já tão comuns como por exemplo habitção social no centro ou o desenvolvimento urbano voltado para a mobilidade. Não que estas não sejam importantes, mas é necessário repensar a ideia de que moradores de bairros periféricos precisam continuar se deslocando para os centros, a fim de ter suas necessidades atendidas.

O bairro do Benedito Bentes é um exemplo de como bairros periféricos também podem ter potencial suficiente para caminhar rumo a autossuficiência, e garantir para boa parte de seus moradores a tão desejada cidade de 15 minutos, E uma das principais formas de se alcançar essa realização é atraves não apenas do investimento na qualidade dos espaços e equipamentos públicos, mas realizar investimentos a partir da perspectiva de quem mora nesses bairos, de quem trabalha todos os dias para construir a cidade na qual merece viver.

**Banca de especiarias no Benedito Bentes**
Fonte: A autora, 2023.

# 8. REFERÊNCIAS

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BATISTA, B. A. **Avaliação da expansão urbana na cidade de Maceió via produtos orbitais.** 2023. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Meteorologia) - Instituto de Ciências Atmosféricas, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10421. Acesso em: 30 jun. 2023

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CAMARGO, P. C. V. **Minha Casa, Minha Vida:** Aspectos Sociais e Econômicos. 2020. 56 f. Monografia de Bacharelado (Graduação em  Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/14356/1/PCVCamargo.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

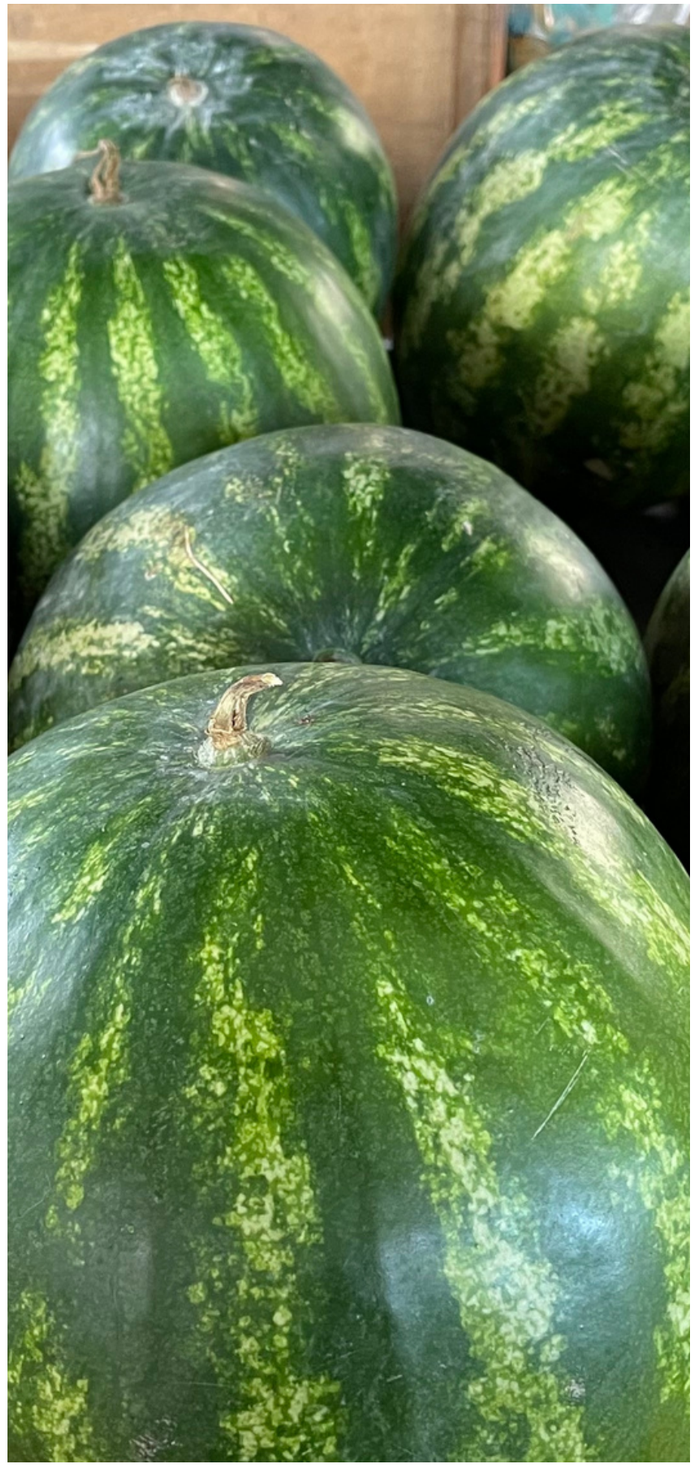
CAVALCANTI, D. B. **Fight for a place in the City:** social practices and state action in Maceió, Brazil. 2009. 295 p. The London School of Economics and Political Science (Thesis Doctor of Philosophy), London, 2009.

CHILDE. V. G. **O que aconteceu na história.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. Disponivel em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7504716/mod_resource/content/1/O%20que%20aconteceu%20na%20histo%CC%81ria%20%28Childe%201941%29.pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

CORREA, E. A. L. Lugares centrais e lugares periféricos de Goiânia: diversidade e complexidade. **GEOGRAFIA (Londrina)**, *[S. l.]*, v. 19, n. 2, p. 3–23, 2010. DOI: 10.5433/2447-1747.2010v19n2p3. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/5006. Acesso em: 3 jul. 2023.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. Ed. São Paulo: Ática. 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/39284870/O_Espa%C3%A7o_Urbano_Roberto_Lobato_Correa. Acesso em: 3 jul. 2023.

CUNHA, R. P. SANTOS, C. G. ARAÚJO, F. S. Os Impactos do Programa Minha Casa Minha Vida em Maceió/AL: o caso da Vila dos Pescadores. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., São Paulo, 2017. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUR, 2017. p. 1-20. Disponível em: http://xviienanpur.anpur.org.br/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%205/ST%205.5/ST%205.5-05.pdf Acesso em: 3 jul. 2023.



**Frutas na feira do Benedito Bentes**
Fonte: A autora, 2023

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4662435/mod_resource/content/1/ENGELS.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

GATTI, S. **Entre a permanência e o deslocamento:** Zeis 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29102015-143015/en.php. Acesso em: 30 jun. 2023.

GOMES, J. S. **Habitação, desorganização social e violência:** situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-AL. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3033. Acesso em: 30 jun. 2023.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: **Cidades rebeldes:** passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 27-34.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** 16ª. Edição. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editores. Biblioteca de Ciências Sociais, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. **Habitação de interesse social em Maceió.** Rio de Janeiro: IBAM, 2005. 152 p. Disponível em: https://www.ibam.org.br/wp-content/uploads/2023/06/manual_maceio.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

JAPIASSÚ, L. A. T. **Expansão urbana de Maceió, Alagoas:** caracterização do processo de crescimento territorial urbano em face do plano de desenvolvimento - de 1980 a 2000. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1313. Acesso em: 30 jun. 2023.

LOCATEL, C. D. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 85 a 102, set 2013. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1176. Acesso em: 10 jun. 2023.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidades, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

**Frutas na feira do Benedito Bentes**
Fonte:A autora, 2023.

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação**. Cadernos Metrópole, v. 11, n. ja/ju, 2009, p. 33-52, 2009. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837805002. Acesso em: 01 ago. 2023.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-id%C3%A9ias-fora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-id%C3%A9ias.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

MARTUCCI, R.; BASSO, A. Uma visão integrada da análise e avaliação de conjuntos habitacionais: aspectos metodológicos da pós-ocupação e do desempenho tecnológico. In: ABIKO, A. K.; ORNSTEIN, S. W. (Ed.). **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: Fauusp, 2002. p. 268-293. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001301826. Acesso em: 3 jul. 2023.

MONTE-MOR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento - RPD**, [S. l.], n. 111, p. 09–18, 2011. Disponível em: https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/58. Acesso em: 3 jul. 2023.

MORAES, O. B.; CAVALHEIRO, D. C.. Avaliação do programa minha casa, minha vida em alagoas: conclusões a partir de 3 casos. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB, 2021, Maceió. **Anais**... Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 463-470. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/sing eurb/issue/view/14. Acesso em: 10 de dezembro de 2023.

PIRENNE, H. **As Cidades na Idade Média.** Tradução de Carlos Montenegro Miguel. Lisboa: Publicações Europa- América, 1973. (Coleção Saber).

RIBEIRO, M. B. P.; TEIXEIRA, A. N. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2016, São Luís. **Anais Eletrônicos** [...]. São Luís, 2016. Disponível em: https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Alison-Nascimento-Teixeira.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

ROLNIK, R. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos; 203).

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROLNIK, R.; REIS, J.; KLINTOWITZ, D.; BISCHOF, R. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa Minha Casa Minha Vida?** Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

**Frutas e verduras na feira do Benedito Bentes**
Fonte: A autora, 2023.

ROLNIK, R; SAULE JUNIOR, N. **Estatuto da Cidade:** novas perspectivas para a reforma urbana. São Paulo: Instituto Pólis, 2001. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/439.

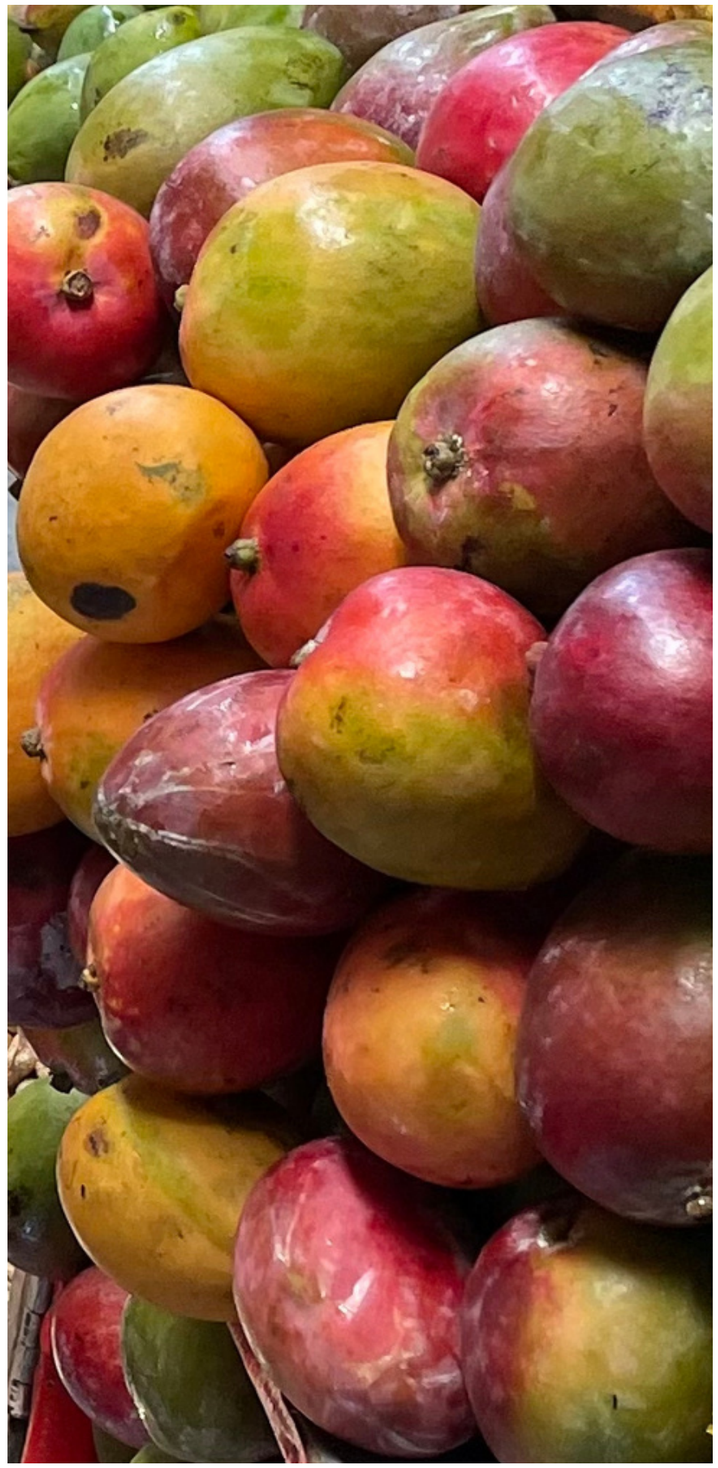
RYBCZYNSKI, W. **Casa:** pequena historia de uma ideia. Rio de Janeiro: Record, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5576607/mod_resource/content/2/6_ RYBCZYNSKI.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Educ, 1994.

SANTOS, P. O. C.; SARMENTO, T. F. C. S. Análise das moradias na Grota do Aterro, em Maceió, Alagoas: Estudos de caso baseados em Avaliação Pós-Ocupação e Comparative Floorplan Analysis. *In*: URBFAVELAS — SEMINÁRIO NACIONAL DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 3., 2018, Salvador. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2018. p. 1-20. Disponível em: http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/ anais2018a/ARQUIVOS/GT1-291-96-20180820214602.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

SAVIANI, D. **A relação trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Rev Bras Educ. 2007; 12(34):152-80.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In.: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.



**Frutas na feira do Benedito Bentes**
Fonte: A autora, 2023